

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

**Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira
República (1912-1920)**

Aislan Soares Viçosa

Santa Maria, RS

2023

Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História.**

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Santa Maria, RS

2023

Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História.**

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Santa Maria, RS

2023

Agradecimentos

Quero iniciar esses agradecimentos fazendo memória a avó Evanir Domingues Viçosa, avó paterna, que faleceu em agosto de 2022, aos 77 anos. Não posso deixar de registrar esse momento, não é fácil para os familiares compreenderem o abraço a irmã morte feito por uma pessoa que nutrimos amor desde a mais tenra infância. Pode não ser simples entender aquilo que movimento o universo. É viva a memória dos verões em Vinhedo, São Paulo, quando éramos levados aos brechós, por minha avó, como não recordar dos melhores cafés-passado, ainda escuto o barulho das panelas na cozinha às 06h da manhã. Parece toco recordar isso. O tempo em que vivemos é muito individual e solitário. Faço memória desses detalhes para mostrar que sou fruto dessas pequenas situações familiares. Minha avó era uma mulher negra, dona de casa, nascida no Itapororó, interior de Alegrete/RS, criou 9 filhos, por uma série de fatores da vida, acabou sua jornada nesta terra no interior de São Paulo. [conto isso para aqueles curiosos em outro momento] Uma parte de mim morreu junto com minha avó e uma parte de minha avó está viva em mim. Morrer. Renascer. Viver. É preciso. É necessário.

Ainda hoje escuto os coturnos do meu pai passando dentro de casa. Sinto o cheiro das comidas da minha mãe na mesa de casa. O grito de “te agasalha, que ta frio” ecoa nos meus ouvidos, vindo da boca da minha mãe. O Alegrete é frio. Quero agradecer imensamente aos meus pais por toda dedicação ao longo dos 25 anos de existência como Aislan. A Regina e o Vilso não mediram esforços para criar o Aislan e o Alisson (meu irmão), não sei dizer qual dimensão os meus pais tem sobre a dedicação, que tiveram comigo nesse caminho de vida. Não deve ser muito fácil criar um filho teimoso, arteiro e bonachão. Sem dúvidas uma figura. Agradeço imensamente ao meu irmão Alisson, por todo carinho e paciência durante a infância, no caso a minha, somos 9 anos de diferença. E aos meus pais, Regina Lara Soares Viçosa e Vilso Roberto Domingues Viçosa, por toda dedicação nessa existência de vida. Somos uma família Cosmopolita.

Um beijo a todos familiares que estão presentes na minha vida. Em especial, ao meu avô José Luiz Costa Viçosa, por todas as anedotas, piadas, humores e histórias do Pampa. O abraço e o mate vamos tomar junto em 2024. É muito amor!

Somos nutridos de inteligências na vida. Alguns desenvolvem a racional, outros a emocional e há aqueles que desbravam a espiritual. Fora os iluminados que desenvolveram todas. Entro na última das inteligências. Ao longo da vida a espiritualidade esteve presente no meu viver, desde ao nascer e vai ser até morrer. E depois também. Quero agradecer a oportunidade de seguir o Irmão Universal, Francisco de Assis, a luz de Jesus. Ser franciscano tem sido uma experiência fundamental na minha existência, as escolhas que faço na vida estão envoltas em ser franciscano. Parto sempre do meu ser franciscano para o mundo. A simplicidade é o meu horizonte.

Quero agradecer todas as vivências, partilhas, memórias, reflexões aos irmãos/irmãs da Fraternidade Utopia, que há 9 anos divido o cotidiano da vida, a vivência em Fraternidade foi e é fundamental para chegar ao final deste trabalho. O estar em fraternidade construiu a consciência de que a existência no Planeta só pode ser COLETIVA. A Juventude Franciscana (JUFRA) desempenhou/desempenha um papel essencial na minha formação de cidadão. Agradeço aos irmãos/irmãs do Brasil inteiro pela oportunidade de conviver em Congressos, Reuniões e Encontros. [Não citarei nomes para não esquecer ninguém] Da fraternidade local para o mundo.

O mundo acadêmico pode ser coletivo e fraterno. Na grande maioria das vezes não é. Para ser coletivo e fraterno é preciso aprender, não os blocos concretos, os seres humanos que ocupam esses espaços. Ocupar um ambiente com 10 ou 25 pessoas não é sinônimo de vivência coletiva. Vivência coletiva é dar sentido para as pessoas que estão no espaço, mostrar que elas são fundamentais. Por isso, pode ser um caminho solitário. Precisamos aprender seremos coletivos na Academia.

Quero agradecer ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) pelo aprendizado na Escola Estadual Cilon Rosa, junto às aulas do Professor Romanus. Também, ao Programa Residência Pedagógica (RP) desenvolvido na Escola Coronel Pilar, na turma do 315, terceiro, junto com o Professor Matheus e, a minha colega de bolsa Vanessa Cadó, que nutro um carinho imenso. Deixo um beijo e um abraço fraterno aos alunos e alunas da Turma 315, vocês são seres incríveis.

Um abraço e um beijo ao Pré-universitário Popular Alternativa (PUPA) pelo aprendizado, em 2024, seguiremos firme colocando mais discentes na UFSM.

Quero deixar um agradecimento especial ao Grupo de Estudos Sobre Pós-abolição (GEPA), aprendo muito como fazer pesquisa, debater textos, questionar a historiografia. Os gepianos foram fundamentais para que esse trabalho chegasse ao fim, agradeço a cada um que me deu dicas de como ir trabalhando, que me passou fontes para olhar e complementar o trabalho, os textos sugeridos para o incremento na escrita da pesquisa. E claro, as cervejas em eventos, piadas, humores, sarros e afins, aquilo que vocês sabem muito bem. Agradeço ao GEPA pelo caminho acadêmico.

Neste instante, vou agradecer aos meus amigos e amigas da panelinha, e a outra amiga que não pertence a panelinha. E demais amizades. Quero agradecer ao Fábio Lopes, pela amizade, desde o dia da matrícula na UFSM. Deixo um beijo e um abraço fraterno a minha grande amiga Antônia Haag, vivemos bons momentos de estudos na biblioteca e café no Oba. E os momentos no Teatro. Também, agradecer a Isabel Flores pela amizade e o carinho, a Laura Dichete pelos risos e conversas e ainda, a Amanda Bataglin pelos momentos de tiração constante, só sei viver amizades nesse formato. Junto deles, quero agradecer ao Gabriel Serafim pelas belas conversas sobre idiomas e, os momentos que conversamos acerca da religião. Deixo um abraço aos guris do futebol Marco Ammes, Fernando Barrios e Vinicius Lopes ver os jogos do inter com vocês não tem igual. Pra cima Inter!

Por último, não porque seja menos importante, justamente pelo contrário, quero recordar o meu grande amigo Luiz Valério Peixoto por tudo que vivemos e vamos viver enquanto irmãos franciscanos. E também, agradecer a Amanda Rocha por tudo que vivemos e ainda vamos viver na vida. Agradeço imensamente a vocês!

Para fechar esses agradecimentos. Muito obrigado ao aceite da Professora Doutora Mariana Flores da Cunha Thompson-Flores e da Professora Mestra Gabriela Rotilli dos Santos.

Quero agradecer a orientação maravilhosa desenvolvida pelo meu Augusto orientador, Luís Augusto Ebling Farinatti, sem dúvidas o trabalho produzido só foi possível porque realmente você orientou este trabalho, me mostrando o caminho das pedras. Muito obrigado!!!

RESUMO

Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)

AUTOR: Aislan Soares Viçosa

ORIENTADOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

A presente pesquisa tem por intuito visualizar a racialização nas relações entre trabalhadores em Santa Maria (RS), a partir da imprensa, utilizando-se o jornal *Diário do Interior*, durante os anos de 1912 a 1920. Diante disso, compreender como a racialização era expressada nos textos do periódico, em específico, com as notícias que relatavam conflitos entre trabalhadores. Para isto, usa-se o *Diário do Interior* como fonte principal e outras duas fontes acessórias para efetuar cruzamentos, aprofundamentos, ratificações e análises mais aprofundadas quando isso for possível. Estas são o Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM) e *processos-crimes* da Comarca de Santa Maria. Os exemplares do *Diário do Interior* encontram-se no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), compondo o acervo inicial de 1911 a 1939. Neste trabalho, porém, analisaremos os exemplares entre 1912 a 1920. O LR HCSM tem o acervo fotografado e fichado de forma digital e os *processos-crimes* estão digitalizados pelo AHMSM. Considerando que o objeto de pesquisa é a racialização, os conceitos de racialização, branquitude e colonialidade do poder ajudam a desenvolver teoricamente. O presente trabalho se insere nos campos do Pós-abolição e Mundos do Trabalho, porque busca pensar nesses trabalhadores racializados, que aparecem sendo negros ou brancos. O olhar por meio do Pós-abolição tem por objetivo visualizar esses labutadores negros, que estão vivenciando as dinâmicas de racialização dentro do cotidiano da cidade.

Palavras-chaves: Pós-Abolição. Trabalhadores. Racialização. Imprensa. Santa Maria.

RÉSUMÉ

La présente recherche vise à visualiser la racialisation dans les relations entre travailleurs de Santa Maria (RS), à partir de la presse, en utilisant le journal *Diário do Interior*, au cours des années 1912 à 1920. Dans cette perspective, comprenez comment la racialisation s'est exprimée dans les textes du périodique, notamment dans les informations faisant état de conflits entre travailleurs. Pour cela, le *Diário do Interior* est utilisé comme source principale et deux autres sources accessoires pour effectuer des références croisées, des approfondissements, des ratifications et des analyses plus approfondies lorsque cela est possible. Il s'agit du Registre de l'hôpital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM) et des procédures pénales du District de Santa Maria. Des exemplaires du *Diário do Interior* se trouvent aux Archives Historiques Municipales de Santa Maria (AHMSM), qui constituent la collection initiale de 1911 à 1939. Dans ce travail, nous analyserons cependant les spécimens entre 1912 et 1920. Le LR HCSM fait photographier et enregistrer numériquement sa collection et les procédures pénales sont numérisées par l'AHSM. Considérant que l'objet de recherche est la racialisation, les concepts de racialisation, de blancheur et colonialité du pouvoir aident à se développer théoriquement. Le présent travail s'inscrit dans le champ de l'après-abolition et dès monde du travail, car il cherche à penser ces travailleurs racisés, qui apparaissent noirs ou blancs. La perspective post-abolitionniste vise à visualiser ces travailleurs noirs, qui vivent la dynamique de racialisation au sein de la vie quotidienne de la ville.

MOTS CLÉS: Post-abolition. Ouvriers. La racialisation. Presse. Sainte Marie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Expedição do Corpo de Delito de João Manoel.....78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A porcentagem de palavras-chaves.....	40
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relatório do Presidente de Província.....	16
Quadro 2 - Censo de 1872 de Santa Maria.....	16
Quadro 3 - Jornal Diário do Interior - Total de exemplares no acervo.....	37
Quadro 4 - Cabeçalho da tabela da organização das notícias.....	38
Quadro 5 - Organização de palavras-resumo.....	39
Quadro 6 - Organização de palavras-chaves do resumo.....	39
Quadro 7 - Quantidade total de páginas analisadas (exceto em branco).....	43
Quadro 8 - Pedro Serra, Décima Urbana de 1912.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMSM – Arquivo Histórico de Santa Maria.

LRHCSM – Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria.

HCSM – Hospital de Caridade de Santa Maria.

GEPA – Grupo de Estudos Sobre Pós-Abolição.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1º Capítulo - Velhos papéis, novas perguntas!	29
1.1 Considerações iniciais	29
1.2 Diário do Interior	32
1.3 Alfredo R. da Costa	41
1.4 Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria	44
1.5 Conclusão	46
2º Capítulo - Racialização no Pós-abolição em Santa Maria.	46
2.1 Considerações iniciais	46
2.2 Colonialidade do Poder, Branquitude e Racialização	47
2.3 José da Costa e Avelino Perez	56
2.3.1 Pedro Serra (Mallafre)	57
2.3.3 Carroceiro	59
2.4 Registro do Hospital	60
2.5 Conclusão do Capítulo	63
3º - Capítulo - Conflitos entre trabalhadores racializados em Santa Maria.	65
3.1 Considerações iniciais	65
3.2 Anselmo Porto de Oliveira e Adão Marques Medina	66
3.2.1 Livro de Registro	69
3.2.2 Processos-crimes	69
3.3 Bráulio Campos Odorico e João Manoel	71
3.3.1 Livro de Registro	72
3.3.2 Processos-crimes	73
3.4 Horácio Dagosto e Rubens Pinto	77
3.4.1 Cocheiro/Boleeiro	78
3.4.2 Livro de Registro	79
3.4.3 Menores	81
3.4.4 Processos-crimes	82
3.5 Albino de Tal e João Evangelista	84
Conclusão	87
Referências:	91

INTRODUÇÃO

As ruas, bairros, praças, prédios, estabelecimentos comerciais e instituições públicas e privadas se constituem recheados de historicidade. Para compreender a história que perpassa essas espacialidades é necessário que se entenda os indivíduos humanos, pois essas pessoas que ocupam os espaços também estão condicionadas por uma série de recortes historiográficos. Os contornos da história levam em consideração a classe, raça e gênero de determinada população para ocupar essas territorialidades. Neste sentido, este trabalho quer compreender de que forma a racialização de trabalhadores aconteceu por meio da imprensa em Santa Maria. Em específico, analisar a racialização desses trabalhadores a partir das notícias do jornal *Diário do Interior*, no período de 1912 até 1920, em Santa Maria.

Ao buscar visualizar o cotidiano de certa população foi necessário compreender a construção do espaço urbano e rural do município, qual população ocupa esses espaços e de que forma estava costurando a teia das relações interpessoais. Ao final dos Oitocentos, as relações sociais, políticas, econômicas e culturais passavam por transformações. Há a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, que impacta o Brasil. Mesmo antes do marco da abolição há experiências de libertos, forros, livres e outros, processos de pós-emancipação e o pós-abolição. Por exemplo, em sua obra “Ganhadores, uma Greve na Bahia, em 1857”, João José Reis estuda como os trabalhadores de ganho, sendo livres e escravizados, se organizavam frente à municipalidade de Salvador, em 1857. Esta buscava colocar uma série de regras para o trabalho daqueles homens pretos, forma de controlar uma das atividades comerciais mais fortes da cidade. Os trabalhadores africanos livres e escravizados negros iniciaram então uma greve, em 1857,

A paralisação de 1857 foi um capítulo da resistência dos africanos ao crescente controle e vigilância a que eram submetidos sistematicamente em Salvador. Mas não foi um episódio qualquer. Os ganhadores suspenderam o transporte na cidade durante mais de uma semana, num movimento que parece ter sido a primeira greve de um setor importante da economia urbana no Brasil. (Reis, João José. 2019. p. 35)

Afinal, o exposto acima evidencia que existia um lugar para pessoas de cor no Brasil do Oitocentos. A atividade comercial que esse povo exercia sofreu cerceamento por parte da municipalidade que enxergava perigo no fato de uma população de africanos e seus descendentes, libertos ou escravizados estivessem imbuídos como setor organizado de comércio. O espaço urbano foi um celeiro de transformações sociais e políticas, especialmente em fins do período monárquico e na Primeira República (1889-1930). E não foi diferente em Santa Maria.

O território de Santa Maria foi fundado ao final do século XVIII e início do XIX (Santos, 2021)¹ se estabelece a povoação da municipalidade em conjuntura militar,

Com o estabelecimento de comandantes militares e o acampamento levantado pela 2ª Subdivisão Demarcadora na elevação onde hoje, segundo Ênio Grigio (2018), se encontra o centro da cidade que, em 17 de maio de 1858, emancipou-se politicamente”. A cidade ganha ares de entreposto da Província por se localizar na região central do Rio Grande do Sul, território estratégico de ocupação da província. Santos (2021) coloca que “Santa Maria fora se constituindo, cada vez mais, enquanto importante ponto de passagem não só aos viajantes que porventura precisavam de descanso para si e os animais que lhes transportavam, mas também de comerciantes ao cruzarem a província.²

Daniela Vallandro de Carvalho³ (2005) em “Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915” coloca que a cidade do início do século XIX é composta de apenas duas ruas: Acampamento e Pacífica. A localidade no coração do Rio Grande é um povoado pequeno, que apresenta pouca expressividade populacional. Carvalho (2005),

Sua população era pequena, “constituindo-se em um pequeno e simples povoado, com casas de meia-água e poucas ruas. Ao longo dos Oitocentos, a urbe ganha outros contornos que elevam o crescimento populacional. Em 1859, há uma população diversa vivendo na cidade, existindo cativos, livres, brancos e não-brancos. Essas informações são referentes ao Relatório do Presidente da Província, que totaliza em 1859 cerca de 5.110 pessoas vivendo na cidade. Sendo, 4.124 livres, 20 libertos e 966 escravos⁴. E ainda,

¹ Gabriela Rotilli dos Santos é Graduada e Mestre pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E doutoranda pela Fiocruz.

² SANTOS, 2021, P. 31.

³ “Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915.

⁴ CARVALHO, 2005. P. 40

o Censo de 1872 apresenta um crescimento da população, cerca de 8.228 pessoas, entre esses indivíduos 1.204 cativos, sendo 629 homens e 575 mulheres. CARVALHO, 2005. P. 40

Quadro 1 - Relatório do Presidente de Província:

Ano	Total da População	Livres	Libertos	Escravizados
1859	5.110	4.124	20	966

Fonte: adaptado de Carvalho, 2005. p. 40

Quadro 2 - Censo de 1872 de Santa Maria:

Ano	Total da População	Cativos	Homens	Mulheres
1872	8.228	1.204	629	575

Fonte: adaptado de Carvalho, 2005. p. 40

Ao observar esses dados compreende-se que os escravizados eram uma parte expressiva da população de Santa Maria. Carvalho (2005) coloca que, “Invisíveis na historiografia os escravos compunham 19,29% da população total de Santa Maria em 1859 e 14,63% em 1872, sendo que neste último ano as autoridades devem ter somado os libertos ao número dos livres.”⁵ A cidade possuía uma expressiva população de cativos e livres, configurando que no século XIX Santa Maria não era uma cidade branca, ao contrário era uma cidade não-branca. Mais à frente, dados referentes aos grupos de populações não-brancas vão aparecer.

No século XIX, há uma pequena presença de imigrantes alemães oriundos das regiões de São Leopoldo, quando entravam na cena da cidade realizavam relações de casamentos e compadrios com a elite local. É importante ressaltar que a maioria da população livre era lusa-brasileira ou descendente de indígenas e africanos (Farinatti, 1999). Esses alemães integravam setores de comércio e pequenas propriedades rurais que abasteciam a cidade de Santa Maria, neste aspecto o “período eram de nacionalidade alemã e dominavam a pequena esfera

⁵ CARVALHO, 2005. P. 40

comercial, enquanto os lavradores tomavam conta de pequenos e médios lotes de terras nos quais produziam gêneros alimentícios de subsistência.” (CARVALHO, 2005. P. 41). Também, havia a presença de lavradores luso-brasileiros, que estavam inseridos no meio rural ao redor da parte urbana, em propriedade menores (Farinatti, 1999). A municipalidade ganha mais um caldo étnico na formação ao longo do Oitocentos, há os imigrantes, nacionais e negros livres e escravizados, que habitavam e desenvolvem relações interpessoais. Por fim, a população alemã acabou ganhando um destaque marcante entre cronistas, viajantes e outros autores da época.

Além disso, a formação de Santa Maria apresentava forte presença de escravizados, que poderiam estar espalhados na área urbana e/ou rural, que estavam inseridos nas casas de imigrantes alemães ou nacionais que tinham propriedades rurais, lavradores ao redor das cercanias da cidade. Anteriormente, colocou-se que a população em maioria era de luso-brasileiros e africanos e indígenas com presença expressiva. Outrossim, as ruas da cidade eram interpeladas por carretas que chegavam e levavam mercadorias, disputando “espaço com homens e mulheres que lá viviam ou estavam apenas de passagem. Negros, índios e pardos davam cor a esse cenário.” (Kuzler, 2009) Essa cidade se figurava com forte presença de não-brancos, mesmo havendo uma tentativa de apagar esses grupos na construção da história de Santa Maria, se percebe que eles estavam presente seja como escravizados, negros livres e/ou forros e indígenas. Por exemplo, os escravizados aparecem em memórias de cidadãos. João Daudt Filho (1949), em registro de memórias que foram publicados em livro, narra as lembranças de escravizados⁶.

Embasado em Santos (2021), o Censo de 1872 apresentou dados referentes à população não-branca de Santa Maria. A saber, a população não-branca é composta de 21,6% *pardos*, 14,3% *pretos* e 15,2% *caboclos*, somando 51,1% da população do município. Já os brancos compõem 48,9% da população.⁷ A partir dessa obra, “Memórias de João Daudt Filho” Carvalho (2005), coloca os escravizados que trabalhavam compulsoriamente nas casas dos Daudt, sejam os

⁶ DAUDT FILHO, João. Memórias de João Daudt Filho. 3 ed., Rio de Janeiro: PUC, 1949.

⁷ SANTOS, 2021. p. 35

pais de João Daudt Filho e/ou tios e outros familiares, em torno de 20 cativos.⁸ Carvalho apresenta que,

Também era cativo o pai Miguel, com quem sua mãe preta se amasiou, ou ainda pai Pedro, cozinheiro de seu avô, pai Manuel e os gêmeos Adão e Antônio, além de “pai João da Mão Pelada, um africano velho, com cara e gestos de perfeito macaco”. Entre esta população negra que habitava Santa Maria havia também “uma escrava que seu pai havia comprado como cozinheira”, a qual, segundo suas memórias, “chegou a sua casa crivada de lanhos fundos, feitas pelas surras de que se vangloriava seu antigo senhor”⁹. Ironicamente se chamava Felicidade. Tinha ainda a Quintina, “mulata nossa escrava, pessoa de confiança que ajudou a criar todos nós, braço direito de minha mãe”¹⁰. Santiago, um preto forro africano, de ofício valeiro, foi outro escravo que marcou a memória de João Daudt Filho e que fazia parte desta população cativa a quem normalmente a história até muito pouco tempo só se referia em estatísticas deficientes, condenando-os ao silêncio. (Carvalho, 2005. p. 41)

Ao observar o extrato acima das memórias de João Daudt Filho percebe-se o racismo que existe na escrita das memórias, que estava presente no imaginário em relação aos escravizados e aos negros. Com isso, quando Daudt se refere a João Mão Pelada deixa explícito o racismo, dizendo “um africano velho, com cara e gestos de perfeito macaco”¹¹, ficando evidente o retrato do racismo do indivíduo, que ao estender a sociedade essas marcas racistas estavam presentes em outras falas, não era exclusivo de João Daudt ser racista, estava presente de forma ampla na sociedade, o coletivo de brancos construiu os grupos não-brancos de forma racializada de forma pejorativa e também era racista com esses escravizados e negros.

A presença de cativos evidenciava que havia trabalhadores compulsórios em diversos setores da cidade, bem como podem existir os ex-escravizados na categoria dos livres. A vida urbana girava em torno dessa multiplicidade de agentes sociais na construção da comunidade santamariense. Gláucia Kulzer (2009) mostra esses cativos presentes no cotidiano, os escravizados estavam em maior ou menor quantidade exercendo inúmeras atividades na propriedade. Assim como, a presença de trabalhadores livres pobres.

⁸ CARVALHO, 2005. p. 40

⁹ DAUDT FILHO, 2003, p. 39, 41, 43, 44.

¹⁰ DAUDT FILHO, 2003, p. 34.

¹¹ CARVALHO,, 2005. p. 41

Kulzer (2009) relata que Santa Maria apresentava um cenário privilegiado para analisar as relações sociais e econômicas, a diversidade de grupos sociais dinamizava a formação da vida urbana,

Estes trabalhadores livres (muitos deles certamente ex-escravos) eram, muitas vezes, responsáveis pelo trabalho na lavoura, pela fabricação de farinha de mandioca, cachaça e manejo com os animais. Alguns proprietários de terras da Vila de Santa Maria tinham diversas propriedades em várias regiões da Província, onde criavam vacas, bois, cavalos, ovelhas e plantavam milho, feijão e mandioca, e para manter suas posses utilizavam destes trabalhadores livres (alguns na condição de agregados) para conservar suas terras. Esses indivíduos podiam ser homens livres ou libertos, por vezes também possuíam uma pequena criação e até plantação na terra do seu patrão. (Kuzler, 2009. P. 31)

A presença de grupos sociais diversos contraria a perspectiva de viajantes que passaram pelo município, que ao narrarem a vida da cidade colocavam os imigrantes alemães como principal presença no local. O relato do viajante alemão — Ave-Lallemant — não configurava com a realidade apresentada, ao que parece há uma seletividade “quanto “as gentes” que viviam em Santa Maria, a grande maioria descendia de luso-brasileiros”¹² apesar do alemão Ave-Lallemant ter comparado à uma “aldeia suíça” ou alemã - descrevendo-a como “uma rica aldeia à margem da estrada de Darmstadt a Heidelberg”^{13, 14}

Além dos já citados, outros grupos compuseram a formação da cidade de Santa Maria, em 1871, como os imigrantes italianos que formaram a Quarta Colônia de imigração italiana ao derredor da localidade¹⁵. Uma parcela da população que imigrava para a Quarta Colônia acabava por desenvolver atividades em Santa Maria, por questões de proximidade da região e a busca por empregos “emergente da reorganização das atividades produtivas”.¹⁶ E também, havia a presença dos grupos indígenas que compunham a vida da região antes século XIX, que “O território que atualmente se reconhece como Santa Maria não era, no entanto, como pontua Luís

¹² Robert Ave-Lallemant. In MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. Santa Maria..., 1997.p. 45

¹³ Robert Ave-Lallemant. In MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. Santa Maria..., 1997.p. 45

¹⁴ KUZLER, 2009. p. 30

¹⁵ SANTOS, 2021. p. 16

¹⁶ SANTOS, 2021. P. 16

Augusto Farinatti (2010), uma terra de ninguém”¹⁷ e “nele encontravam-se charruas e minuanos que ocupavam seus campos, manejando gado e cavalo.”¹⁸

Também, essa virada de século foi marcada por mudanças nas estruturas da vida da população, desde os processos de arquitetura da cidade até mesmo criação de código de conduta para a vida na urbe. Além disso, questões que envolvem o sanitarismo da municipalidade de Santa Maria. Sidney Chalhoub em “Cidade Febril” retrata o sanitarismo da cidade do Rio de Janeiro, as rupturas com os cortiços, bem como os alargamentos de ruas que a cidade sofreu, na Primeira República. Por certo, não se pode equiparar as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro com as ocorridas em Santa Maria. Apesar disso, a população da cidade cresceu muito em termos de quantidade e diversidade nos primeiros anos da República. Santos (2021) aborda que Santa Maria passou por mudanças importantes,

Obras de modernização e instalação de equipamentos urbanos, tais como a substituição da iluminação pública, antigamente realizada por lampiões de querosene, pela eletricidade, e o calçamento de ruas com pedras irregulares. As maneiras de habitar, circular e estar no ambiente urbano são afetadas e sentidas também no nível de seus cotidianos. As tentativas de regulamentação e moralização da vida cidadina por parte do poder público, que já ocorriam através dos Códigos de Posturas Municipais, em períodos anteriores, tiveram continuidade durante o século XX por meio da reformulação destas. (Santos, 2021. p. 17)

Embasado em Anelise Costa da Silva¹⁹ (2014), a Viação Férrea surgiu em Santa Maria, em 1884, fazendo parte do grande projeto de expansão da ferrovia no Rio Grande do Sul. Ao final do Oitocentos, a ferrovia passava para o controle privado, assumindo a rede a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fér au Brésil* que ficou no controle até 1910. Ademais, nesse processo a interligação da malha ferroviária tornou-se unificada, construção feita pela União, junto disso, a *Auxiliaire* assumiu mais espaços de controle público-privado das Estradas de Ferro no Rio Grande do Sul. Também, com as dívidas da *Auxiliaire* os belgas permaneceram até 1911 no controle, na sequência, entre 1911 e 1920 assumiu a Viação Férrea a *Brasil Railway Company*, que garantiu mais de 75% das ações da *Auxiliaire*. Em 1920, em decorrência da baixa qualidade do serviço, preços subindo nas tarifas, baixos

¹⁷ SANTOS, 2021. P. 31

¹⁸ SANTOS, 2021. P. 31

¹⁹ SILVA, Anelise Costa da. A Ferrovia, o Patrimônio e a Vila Belga (Santa Maria/SM). Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS, 2014.

salários, greves e insatisfação com o serviço da Companhia estadunidense, o estado do Rio Grande do Sul assumiu a Viação Férrea.²⁰ Com isso, Santa Maria desenvolveu os processos de expansão enquanto cidade, que segundo Rodrigues (2021) “[...] no fim do século XIX, impulsionaram o desenvolvimento da cidade fazendo com que a mesma se tornasse um importante polo ferroviário, por conta de sua localização geográfica.” A partir disso, a cidade passava por transformações fundamentais, desde as ruas sendo alargadas, por exemplo, a Avenida Rio Branco, antes chamada de rua Progresso, passou por ampliação e retirada de casas de regiões centrais²¹. Além disso, a criação do Código de Posturas Municipais, traslado do Cemitério para região mais distante do centro e a formação do Hospital de Caridade.²² Ademais, os transportes da cidade estavam passando por modificações, como Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues (2021) apresenta em “Carroceiros, Boleeiros e Chauffeurs: Os Trabalhadores do setor de transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República.”, o setor dos transportes carregavam pessoas dentro da cidade, realizavam o carregamento de terras, pedras e outros, e ainda transportavam pessoas de classe alta na cidade.

Em síntese, a Santa Maria que vamos observar ao longo do trabalho, ao final do século XIX e, especialmente, na década de 1910 do século XX, apresentava uma conjuntura de cidade que estava interpelada por uma série de grupos étnicos, que apresentavam *status* diferentes de cidadania. A saber, os escravizados passando pelo processo de abolição, bem como a racialização que os descendentes e os próprios ex-escravizados passavam a viver neste pós-abolição. Além de novas compreensões de cidadania que começavam a surgir e que estavam sendo construídas.

O estudo da História ao longo do século XX passou por processos de transformação. Marc Bloch, na introdução do livro “Apologia da História ou o ofício do historiador”²³ coloca os anseios de escrever este livro, que é um marco para repensar epistemologias, teorias e metodologias na história. Ao trazer a motivação da escrita do clássico, apresentava que a função do historiador é pensar,

²⁰ SILVA, 2014, P. 28 E 29.

²¹ BELTRÃO, Romeu.

²² Ao longo do trabalho vamos voltar a falar desses três elementos.

²³ BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

problematizar e questionar o tempo histórico. A *École des Annales*²⁴ fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre vem com novas perspectivas de trabalho na historiografia, buscava enxergar outros sujeitos na história, não mais a história dos chamados grandes homens e/ou factual, que os positivistas pensavam no século XIX. Afinal, a *École des Annales* faz a crítica aos marxistas e aos positivistas, respectivamente, aqueles que centralizavam na luta de classes e grandes homens/eventos e/ou factual.

Na segunda metade do século XX, historiadores ingleses e marxistas iniciavam processos de rompimento com os partidos comunistas, especialmente, após a morte de Joseph Stalin²⁵ e, a linha dos Comunistas com polo em Moscou. Dito isso, marxistas ingleses fundam uma escola de pensamento, *history from below*, sendo Edward P. Thompson, um dos nomes mais proeminentes dessa nova corrente de pensamento historiográfico. E outros historiadores compõem a “história vista de baixo”²⁶, a saber Christopher Hill, Natalie Zemon Davis, Rodney Hilton e Eric Hobsbawm. Thompson (2001, p.31) apresenta que, “a compreensão histórica do desenvolvimento do capitalismo inglês numa perspectiva do marxista tornou-se o elemento aglutinante das energias intelectuais dos historiadores.” O mesmo autor, publica o clássico “A formação da Classe Operário Inglesa”²⁷ crítica ao texto de Friedrich Engels “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”²⁸, não se configura somente como crítica, Thompson vai além das questões de Engels. Afinal, a “história vista de baixo” buscava apresentar outros sujeitos da sociedade, não mais pensar a partir das elites, e sim visualizar as “gentes comuns”, suas formas de atuação e sua compreensão do mundo.

No Sul Global, estudos estavam sendo pensados no século XX, na Índia, um grupo de historiadores desenvolveram uma nova escola de pensamento para estudar a história. E formar outra historiografia que não partisse do eurocentrismo e que, não partisse necessariamente do nacionalismo indiano, alicerçado a partir da ocupação britânica. Estes novos estudos historiográficos foram cunhados como “Estudos Subalternos”, que estudam sociedades pós-coloniais. Tais estudos surgem

²⁴ Escola historiográfica fundada na França por Marc Bloch e Lucien Febvre.

²⁵ Joseph Stalin líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

²⁶ “History from below”

²⁷ Primeira publicação em 1963.

²⁸ Primeira publicação em 1845.

durante o período pós-imperial, os britânicos não estavam mais com o protetorado. Esta forma de construir a historiografia faz crítica ao marxismo [ao mesmo tempo que busca nele algumas de suas referências] e vem com ideias de ver a luta de classes presente na estrutura da sociedade indiana, bem como crítica o nacionalismo mencionado anteriormente por adotar a forma do Império como referenciais. A saber, os estudos subalternos querem pensar como sujeitos históricos, os camponeses que compõem parte significativa da população indiana e, ainda, compreender como a sociedade de casta, ligada à religião, desenvolve a historicidade da sociedade indiana. Dentro deste espectro, pode-se encontrar nomes como de Dipesh Chakrabarty, Sanjay Subrahmanyam, Ranajit Guha e outros. Ademais, Elíbio Júnior. Costa Lima. de Almeida apresentam um artigo intitulado “Provincializar a Europa: a proposta de epistemológica de Dipesh Chakrabarty²⁹”, as novas epistemes que Chakrabarty constrói por meio dos Estudos Subalternos, que visam olhar a historiografia não mais pela lente da europa, e sim construir a historiografia a partir dos sujeitos do Sul Global.

Além disso, os estudos que debatem a decolonialidade permeiam o Sul Global, fundamentais enquanto lente para observar os sujeitos históricos e construir histórias que não estejam apenas voltadas para as elites nesses países construídos sobre a colonização. Para isto, é necessário ter uma atenção grande com outros corpos, que construíram histórias e que acabavam não aparecendo nas narrativas de construção das nações. E também, histórias muitas vezes em âmbito mais micro, que não envolva o todo, algo mais localizado [que sem dúvida se entrelaçou com o macro] que diz mais respeito à realidade de uma cidade, bairro e/ou rua. Os estudos decoloniais ajudam a pensar a estrutura da colonização presente na construção desses sujeitos, que estavam nessa estrutura da escravização, racialização, capitalismo, dominação da língua, que afetava diretamente as relações no século XX. A saber, os estudos de Frantz Fanon, que publica “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952) e “Os condenados da Terra” (1961), são fundamentais para compreender como as relações acontecem entre os vários sujeitos. Afinal, esses elementos da estrutura condicionam as vivências dos indivíduos.

²⁹ Elíbio Júnior, A. M., Lima, M. C., & Almeida, C. S. D. M. de. (2015). Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 7(13), 61–79.

Embora exista uma historiografia que pense o período do pós-abolição, portanto o Mundos do Trabalho, não se verificava no cotidiano dos estudos que trabalhavam com relações de trabalho, a presença de indivíduos não-brancos. Para pensar a historiografia na Primeira República, os historiadores e historiadoras estavam centralizados para as relações de classe e operariado clássico. Por exemplo, essas relações de estudos acerca de trabalhadores não enxergava não-brancos (negros, indígenas...) e nem as relações de gênero. É necessário visualizar que pensavam os trabalhadores não-brancos na conjuntura da escravização no Oitocentos. Há dualidade dentro dessas perspectivas e apagamento de trabalhadores negros, durante a Primeira República, justamente porque ao final do século XIX os imigrantes começavam a chegar no Brasil. Essas historiografias retiram o olhar do trabalho compulsório, em virtude da abolição, e focam os estudos nos trabalhadores imigrantes. Por fim, a historiografia que está sendo colocada na sequência se propôs a pensar o lugar desses indivíduos não-brancos na Primeira República. (Rosa, 2014. Nascimento, 2016)

Hebe Maria Mattos e Ana Rios Lugão (2004) colocam que há um processo histórico sucedendo a Abolição, esse período se verifica sendo o Pós-abolição, que compreende uma forma conceitual de enxergar a história do final do Oitocentos para depois da Abolição — Pós-abolição. Segundo as historiadoras Mattos e Rios

Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Melhor dizendo, o pós-abolição como questão específica se diluía na discussão sobre o que fazer com o “povo brasileiro” e a famosa “questão social”. (2004, p. 170).

Com isso, o conceito historiográfico do Pós-abolição passa a ser visto como problema histórico: em quais territorialidades, trabalhos, os negros foram alçados, de que forma essa população se relacionava com a sociedade e também de que forma a sociedade se relacionava com a população negra do Brasil.

Cooper, Fredrik; Holt, Thomas; Scott, Rebecca J. (2000) publicaram um livro já clássico e referência obrigatória para o campo de pós-emancipação. O estudo realiza-se por meio de história comparada, e três territórios passam por análise: Caribe Britânico, Cuba e a Louisiana (Estados Unidos). O trabalho que se desenvolve, visa a realidade das sociedades do pós-emancipação, marcadas por

situações de desigualdade racial e a construção do processo de racialização dessas comunidades. Scott coloca em “Fronteiras móveis, ‘linhas de cor’ e divisões partidárias” que na Louisiana, por não haver economia forte para movimentar a imigração de trabalhadores, os negros permaneceram exercendo o trabalho nas *plantation*. Scott (2000) evidencia a realidade de resistência dessas comunidades negras,

Barganhando melhores salários e lutando pelo direito à terra por meio de greves, da organização de milícias locais e de uma entidade política, a Knights of Labor. Ainda que agregassem trabalhadores brancos e negros, e os ex-cativos insistissem em ser vistos e tratados simplesmente como membros da “classe trabalhadora”, os conflitos foram tratados como uma luta racial. Os negros não tiveram como fugir do racismo dos donos das plantations, da classe política branca e, até mesmo, de seus colegas. (2000, p. 251)

O processo de Pós-abolição foi manifesto em várias partes das Américas. As relações de ex-cativos na emancipação em maioria permanecem no dia a dia das populações. Havia a disputa de espaço entre brancos e negros, bem como ocorria o processo de racialização desses dois grupos. Esses trabalhadores negros em relação aos brancos sofrem desigualdades, e é importante compreender de que forma esse processo se instaura na sociedade.

Silvia Hunold Lara (2012) problematiza a historiografia que pensa somente dentro do recorte estrutural das relações de escravidão na América Portuguesa e Brasil. Trabalhar as relações de escravização por meio da lente econômica produz apenas formas específicas da construção da história. Não significa dizer que as relações econômicas e estruturais não constituem se como importantes. Mas há necessidade de ir além para pensar as relações de resistência, familiares e auto-organização desses grupos escravizados, além de enxergar os processos contínuos de pós-emancipação.

Lara (2012) coloca que os debates historiográficos apresentam outras maneiras de produzir historiografia, que não necessariamente estavam atreladas ao recorte estrutural — senhor e escravizados — buscando ver as relações cotidianas de escravizados. Pensar histórias que evidenciam “a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e

tortuoso processo de emancipação, a existência da família e linhagens escravas” (Lara, 2012, p. 53). É fundamental compreender as relações entre escravizados e libertos, enredos que se constroem na escravidão, abolição e pós-emancipação. Perceber de que maneira há entrelace nesses processos históricos e observar a constituição dos atores históricos na abolição.

A dinâmica que desenvolve a construção historiográfica da escravização e abolição, entre o final do século XIX e XX apresenta uma dimensão diferente, não somente com olhares sobre exclusão desses sujeitos históricos. Não se contentou em evidenciar que há essa exclusão de certos grupos, bem como desenvolver a promoção do que essas populações negras estavam estruturando enquanto comunidade. Também, a perspectiva de que mesmo na escravização há a criação de laços familiares, relações econômicas e que permanecem constituídas na emancipação dos escravizados. O lastreamento das relações interpessoais é intrincado, não ocorre somente no âmbito estrutural. Lara (2012, p. 55) coloca que,

Pois precisamos avançar contra esta “naturalidade” e ousar fazer novas perguntas. Se a inspiração thompsoniana foi capaz de redimensionar a análise de parte da experiência negra no Brasil, há ainda muito a ser feito. Afinal esta experiência não se encerra no século XIX, com a abolição. O que queremos enfatizar por ora é que estas pesquisas e seus argumentos revelam outras possibilidades de abordagem da história social dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX.

Outras fontes históricas passam a ser vistas por historiadores e historiadoras para falar acerca do Pós-abolição ou utiliza-se o conceito para perguntar a fonte onde estão as pessoas de cor. Rios e Mattos realizam o processo de buscar novas fontes,

Utilizamos também um outro tipo de fonte. São depoimentos de descendentes da última geração de escravos, ou de seus filhos, já beneficiados pela lei do ventre livre. Em geral os netos desta geração. Quando se trata do período pós-emancipação, entretanto, tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações de cor como via de acesso aos ex-cativos. (Rios; Matos, 2004. p. 175)

Também, o pós-abolição é marcado por inúmeros apagamentos históricos, especialmente por cor e raça. Nesse sentido, embasado Mattos e Rios se observou

o desaparecimento de cor e raça junto aos regis³⁰. Por exemplo, os processos civis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente. (Rios; Mattos, 2004)

Para concluir, os conceitos colocados evidenciam dinâmicas historiográficas que estavam acontecendo na escravização, compreensão de raça nesse período foi fundamental para entender a hierarquização. Também, as perspectivas da abolição e pós-abolição enquanto problemas históricos e o uso de outras fontes para verificar as atuações sociais dos indivíduos no cotidiano e, as formas que a raça estava implicando na sociedade vigente. Junto disso, a ideia de racialização no pós-abolição, enquanto visões do jornal Diário do Interior estava presente no início do século XX. Com isso, a concepção errônea de que racialização acontece somente com grupos não-brancos pode ser senso comum, justamente, por conta da realidade racial do Brasil.

Assim, racialização não estava acontecendo somente entre brancos para não-brancos, poderia estar ocorrendo entre brancos e brancos no processo de inferiorização. Monsma (2013) trabalhou com a racialização com grupos europeus, que estavam racializando uns aos outros, também utilizando casos do interior de São Paulo. Embasado em Monsma, pode-se ver que a racialização entre brancos e brancos permaneceu nas Américas, por exemplo, os grupos europeus nos Estados Unidos, que racializavam latinos, judeus, ciganos e irlandeses como não-brancos. Também, os imigrantes germânicos e italianos no Brasil com processos de racialização que atingem o centro-sul do país, em virtude de forte presença em colônias.

Com isso, compreende-se a racialização enquanto visão, ideia e pensamento de uma sociedade sendo instrumento de inferiorização e discriminação de grupos raciais em diferentes territorialidades. Ademais, pode-se visualizar a racialização acontecendo entre grupos europeus e as reproduções nas Américas, bem como as novas interpelações de grupos raciais, europeus construindo novas relações com outros conjunto raciais, por exemplo, germânicos, italianos, poloneses em relação

³⁰ RIOS; MATTOS, 2004.

aos negros, como Rosa (2019) apresenta acerca da Colônia Africana e Cidade Baixa.

Para além disso, a historiografia do Pós-abolição que está sendo construída, recebeu uma série de trabalhos que contribuíram para a compreensão da transição do século XIX para o XX. A saber, pode-se pensar no trabalho de Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2019), “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)”, que pensa as dinâmicas da racialização em Porto Alegre, cidade esta assolada por inúmeros grupos étnicos, como: imigrantes alemães, italianos, poloneses, negros (ex-escravizados) e/ou livres, que passavam a viver juntos em determinados bairros da cidade. E ainda, João Paulo Barbosa Pereira (2016) que reflete, “O Pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa (1888-1910)”³¹, pensando a realidade dos negros na imprensa do Rio de Janeiro no pós-abolição. Além desses, George Raid Andrews (2009) em “Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988”, que apresenta a desigualdade racial entre trabalhadores negros recém saídos da escravização e disputas por postos de trabalhos com imigrantes.

Além disso, os trabalhos que pensam Santa Maria no Pós-abolição, a saber, Franciele Rocha de Oliveira (2017), “Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul.” este trabalho apresenta duas figuras oriundas de cidade distintas, que ao residirem em Santa Maria constituem uma família. A história desenvolve os laços entre José, oriundo de São Leopoldo/RS e Innocência nascida na região central entre Santa Maria e São Pedro. A trajetória foi contada dentro de um período de escravização, liberdade e pós-abolição, essas duas personagens ao virem para Santa Maria se inserem nas classes de trabalhadores da cidade. Partindo de análise microanalítica para pensar essas trajetórias construídas pelas duas personagens e os filhos que narram as percepções de liberdade. Por fim, o trabalho mostra as nuances do fim da escravização e o pós-abolição.

Gabriela Rotilli dos Santos (2021), “Desabusadas e levadas do diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)”, este trabalho acerca das mulheres utiliza-se da interseccionalidade

³¹ BARBOSA, J. P. O Pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa (1888-1910). Dissertação de Mestrado. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2016.

mulheres, raça e classe para desenvolver teoricamente a análise em relação às mulheres no Pós-abolição. Também, partindo da micro-história e serial para visualizar como estavam se desenvolvendo as relações interpessoais. E, constrói a pesquisa utilizando como fonte o Livro de Registros de Entrada Pacientes do Hospital de Caridade referentes às questões de saúde e processos-crimes para verificar a judicialização desses casos de mulheres pobres. E com isso, observando os acessos à cidadania e a igualdade na cidade de Santa Maria. Afinal, buscou ver de que formas o acesso de mulheres racializadas, nacionalidade e classe acessavam postos de trabalho, saúde e outros.

Felipe Farret Brunhauser (2023), “Moradia urbana e espacialização da desigualdade: o caso de Santa Maria na Primeira República” esta pesquisa buscou desenvolver as relações de desigualdade frente às moradias urbanas na cidade. O trabalho foi pensado por meio da história social e História urbana, já que pensa nas moradias de pessoas empobrecidas, deixando evidência espaços da cidade que estavam sendo destinados para essa população. Junto disso, essa pesquisa constrói a espacialidade dessas moradias e populações no tecido urbano por meio do SIG Histórico. Além disso, utiliza-se as Décimas Urbanas do Município de Santa Maria, leis que direcionavam as construções de casas, cortiços e casebres, bem como as ruas e avenidas da cidade. Por fim, o trabalho enxerga as formas de resistência na luta por moradia.

Em “Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921).” Brunhauser (2018) desenvolve análise de menores e populares em relação ao trabalho e o dia a dia na cidade de Santa Maria. Também, utilizou-se como fonte das internações do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo e, diante disso, usou análises quantitativas e qualitativas com base serial. Além disso, percebeu em que momentos esses menores e populares entravam no Mundos do Trabalho, observando a idade que os menores eram colocados para exercer funções remuneradas. E ainda, perceber as relações de classe e gênero desses menores e populares. Por fim, se insere no Pós-abolição e Mundos do Trabalho ao pensar nas relações desses menores na Primeira República.

Alícia Quinhones Medeiros (2021), “Branços, mixtos e pretos: perfil social e racial do alunado da Escolar Elementar Olavo Bilac na década de 1930, Santa Maria /RS.” o estudo busca visualizar o perfil social e racial dos discentes da Escola

Elementar. Para realizar a análise, foi necessário as matrículas de 1.300 estudantes, que estão disponíveis no acervo do Instituto Olavo Bilac, sendo feitas análises de fotos, entrevistas orais e outros. É por meio de análise quantificada que se pode ver a raça do alunado, a idade e os núcleos familiares dos discentes que estavam acessando a educação no pós-abolição nos anos de 1930. Por fim, a pesquisa se insere no Pós-abolição e no campo da educação.

Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues (2021), “Carroceiros, boleiros e chauffeurs: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República”, desenvolve o perfis sociais de labutadores do setor de transporte da cidade de Santa Maria realizando um perfil social desses trabalhadores. Rodrigues analisa esses carroceiros, boleiros, chauffeurs por meio do Livro de Matrículas dos Carroceiros, Boleiros e Chauffeurs que estão disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Também, desenvolve as relações de masculinidades que estavam presentes nos comportamentos masculinos e reflete a respeito das questões de gênero. O trabalho compreende três segmentos: classe, raça e gênero. Ademais, coloca-se na História Social de Trabalho e Pós-abolição, visualizando trabalhadores e trabalhadoras ex-escravizados e descendentes de escravizados.

Diante disso, a historiografia do Pós-abolição cresceu nos últimos anos, em especial, acerca da cidade de Santa Maria, como visto anteriormente com esta gama de trabalhos que realizam recorte de classe, raça e gênero. Também há uma diversificação de uso de fontes para desenvolver esses trabalhos do Pós-abolição: Livro de Registros de Pacientes do Hospital de Caridade, Livro de baixas do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, Matrículas do alunado da Escola Elementar, Décimas Urbanas, trajetórias e outros.

Além disso, a pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho vai ao encontro desta historiografia do Pós-abolição, em especial, para a cidade de Santa Maria, que como visto, cresceu nos últimos anos. Para me somar às pesquisas, buscou-se enxergar formas de contribuir com o estudo do Pós-abolição, avaliando as necessidades e afinidades de pesquisa, foi examinado o jornal *Diário do Interior*, dentro do período de 1912-1920, que está no acervo no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Ao examinar o jornal, a investigação começa perceber a racialização que poderia estar acontecendo a partir das percepções dos colonistas,

escritores e do proprietário do periódico acerca dos trabalhadores da cidade de Santa Maria. Para isso, analisou-se o Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LRHCSM) verificando quando existia racialização no Hospital e os processos-*crimes* para ver quando ocorre a judicialização. O LR HCSM e os processos-*crimes* apresentados para a possibilidade de cruzamento com o jornal. Este trabalho tem a imprensa como fonte central e a racialização dos trabalhadores como objeto de pesquisa. Por fim, espera-se contribuir com o campo do Pós-abolição e Mundos do Trabalho de forma ampla e, em específico, com as pesquisas para Santa Maria. Ao final do trabalho, a pergunta que será respondida: de que forma o *Diário do Interior* propõe visões em relação aos trabalhadores no Pós-abolição?

No capítulo primeiro, fala-se acerca da metodologia de trabalho desenvolvida em relação ao jornal *Diário do Interior*, mostrando todo o processo de seleção de informações sobre as notícias. Dito isso, estrutura-se o quadro para retirar os elementos do relato, que está composto: nome do jornal, dia/ano, página, resumo, fichamento, nome, cor, profissão e empresa/autônomo. Ademais, coloca-se a quantidade de notícias que estavam aparecendo em cada página do jornal e a quantidade por página. Também, fala-se sobre o proprietário do jornal para que se compreenda a perspectiva do *Diário do Interior* enquanto linha editorial. Por fim, evidenciar os aspectos da fonte para que se possa analisar o objeto.

No segundo capítulo, trata sobre a teoria que está empregada na pesquisa, apresenta-se os conceitos para visualizar a racialização, trabalha-se com as ideias de Colonialidade do Poder, Branquitude, Linguagem para que se compreenda os aspectos que envolvem a construção da racialização. E ainda, coloca-se o caso de José da Costa e Avelino Peres, trabalhadores que estavam em conflito, analisa-se as relações interpessoais e a racialização que estava ocorrendo a partir das visões do *Diário do Interior*.

No terceiro capítulo, analisa-se a casuística da pesquisa desenvolvida mostrando a racialização que estava presente nas visões do jornal e, quando possível o cruzamentos das notícias com o Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM) para verificar a racialização, bem como observar os processos *crimes* verificando a judicialização dos casos.

Na conclusão, o apanhado geral do que foi feito na pesquisa, mostrando a racialização que estava aparecendo nas visões do *Diário do Interior*.

Boa Leitura!

1º Capítulo - Velhos papéis, novas perguntas!

1.1 Considerações iniciais

Conceição Evaristo (2018), escritora mineira, intitula um dos livros que escreveu como “Olhos D`Água”. Em *Olhos D`Água*, Evaristo questiona “de que cor eram os olhos de minha mãe?”. Para iniciar este trabalho de pesquisa, buscou-se necessidades do tempo presente para que se pudesse enxergar no passado possibilidade de contar a história das comunidades negras e evidenciar personagens negros na construção desse período histórico.

Dito isso, a intenção de construir este trabalho é para visualizar a realidade das comunidades negras no Pós-Abolição, em Santa Maria, em específico os processos de racialização sobre os trabalhadores. Ao observar essa necessidade, começa-se a pensar em fonte e objeto de pesquisa para desenvolver o projeto. É selecionado o periódico *Diário do Interior* como fonte central desta pesquisa e outras fontes que auxiliam: *Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM)* e os *Processos-crimes* da Comarca Criminal de Santa Maria para saber quando ocorria a judicialização. A partir disso, construir o objeto desta pesquisa, que é a racialização dos trabalhadores, dentro das visões, relatos e perspectivas de redatores, escritos e outros no *Diário do Interior*.

Sidney Chalhoub, em “Trabalho, lar e botequim”, apresenta a história do *Zé Galego*, personagem que vem a morrer em confronto com *Paschoal*, trabalhadores portuários no Rio de Janeiro, estivadores. Em confronto, por conta da amante, *Zé Galego* acaba morto. A notícia da morte do estivador sai em diversos jornais da cidade, como *Correio da manhã* e *Jornal do Commercio*, a narrativa da morte do personagem adquire elementos quase que fantásticos.

Barbosa (2016), em “O pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa (1888-1910)”, apresenta as percepções acerca das construções de notícias que estavam passando por fases secundárias, não eram necessariamente ocular e, que sofriam alterações dependendo daqueles que narravam o ocorrido [quem conta um conto, aumenta um ponto],

Nas matérias, não havia assinatura de autores dos textos, prática mais comum no gênero opinativo na época. Embora o narrador não seja evidenciado, múltiplas vozes pareciam contribuir para o processo de composição da notícia, como os personagens das tragédias, autoridades policiais, médicas e públicas, repórteres, redatores e editores. (Barbosa, 2016. p. 57)

Ao pensar nestas questões, o jornal se tornava um emaranhado de relatos ao construir as notícias, desde os redatores até as testemunhas que contavam ao redator. O periódico narrava o acontecido de forma novelística, buscando informações do conflito entre populares e testemunhas oculares, que estavam presentes na cena e as possíveis motivações dos crimes. Chalhoub (1986) trata de colocar em evidência a análise da fonte de jornal,

O tom geral da narrativa neste periódico levantar a suspeita de que seu relato da morte Zé Galego é fruto de uma colorida alquimia entre informações obtidas no local do crime pelos repórteres policiais do jornal e a fértil imaginação do redator da notícia. (Chalhoub, 1986. p. 27)

A fonte de jornal está condicionada por elementos: seja a linha editorial, o redator da notícia, vinculação com partidos políticos e financiadores do jornal e outros. Por isso, existe a necessidade de fazer uma leitura atenta desta fonte, para que se evite tirar conclusões precipitadas. Para isso, há exigência de cruzar a fonte de jornal com outras fontes, verificar ao ler as repetições que ocorrem nos casos que estão postos nos jornais para que se enxergue ao máximo o evento ocorrido. Chalhoub (1986) encerra a morte de *Zé Galego*,

O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência. (Chalhoub, 1986.p. 41)

Para pensar questões referentes ao modo que se lê a imprensa escrita como fonte histórica, Tania Regina de Luca (2008), em “História dos, nos e por meio dos periódicos”, apresenta resoluções da forma que devem ocorrer as análises de jornais. De Luca (2008) coloca que a imprensa não se constitui na maioria das vezes de autonomia e/ou independência que estavam presentes no editorial de cada jornal e/ou revista. E busca alicerce em José Honório Rodrigues (1968), em “*Teoria da História do Brasil*”, que apresenta a ideia de “eles se limitaram sempre à exata ou inexata narração dos periódicos e jornalistas que desde os tempos da independência formaram ou expressaram a opinião pública (DE LUCCA apud RODRIGUES. 2008. P. 116).

Também, o George Reid Andrews (2009) que, em “*Negros e Brancos em São Paulo*” mostra uma história da desigualdade racial de negros e brancos no Brasil, fazendo uma costura documental da realidade racial na Abolição e Pós-abolição. A saber, utiliza-se de periódicos para documentar essa pesquisa, como os jornais *O amigo do Povo*, *Plebe*, *Aurora* e outros, que circulavam em São Paulo durante o Pós-abolição. A percepção que De Luca apresenta em relação aos jornais também está presente em Chalhoub, de que não se pode observar essas fontes sem olhar crítico, percebendo o editorial por trás bem como perspectivas políticas, econômicas, culturais e raciais de cada periódico. A historiadora reforça que as epistemes desenvolvidas necessitam desenvolver olhar crítico,

Ao comentar os procedimentos críticos demandados pelos jornais, Glénisson ponderou que estes se revestiam de "complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo". Ele endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História. (De Luca, 2008. p. 116)

Afinal, ao realizar a costura das fontes existirá a leitura ampla do processo histórico observado. A partir disso, para que se compreenda o período histórico existente, havia a necessidade de cruzar as fontes auxiliares com a central. Além de verificar se a hipótese que está sendo problematizada ao longo deste trabalho de

pesquisa se confirma. Para isso, é necessário estar atento ao modo como as fontes estão sendo lidas.

1.2 Diário do Interior

Para iniciar, é preciso localizar a fonte central desta pesquisa. O periódico *Diário do Interior* compõe o acervo histórico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), Rio Grande do Sul. Por constar, o Jornal no AHMSM foi possível trabalhar com os exemplares de forma física sendo visitados dia a dia cada exemplar, cerca de 3 dias por semana e 2 horas e 30 minutos por dia, assim, pode-se ver as notícias de forma singular e observar melhor o que estava sendo apresentado pelo jornal. A dinâmica de trabalho com o jornal vem das experiências de pesquisa acumuladas ao longo do curso de história. A saber, o quadro de extração de informações das notícias foi pensando por meio das experiências de pesquisa. Mais a frente fala-se das palavras-resumos que cada notícia recebeu, o processo de construção dessas palavras não antecede o contato com a fonte, ao contrário, foi mediante a observação que surgem as palavras-resumos. Como não haviam as palavras-resumos pré-concebidas, foi necessário ver as repetições que estavam acontecendo em cada notícia fichada, que eram colocadas no quadro de informações no Google.docs Planilha. O exemplo foi colocado mais abaixo. Logo, por repetições de notícias as palavras-resumo: conflitos, acidentes, organização, greve, roubo e aleatório foram criadas dando um organizativo para cada relato de jornal.

O Jornal tinha atuação no município entre os anos de 1911 e 1939³². Segundo a “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho - 1787-1930” (Beltrão, 2013) foi o primeiro jornal diário da cidade. Os outros jornais que existiam não eram diários, muitos configuram como periódicos, semanários e outros. A sede do *Diário do Interior* era o Teatro Treze de Maio, em frente à praça central. A partir de 1914, o Teatro era passado para a Intendência Municipal, no ano de 1916 o periódico alugava o espaço para ter a sede no Treze. Foi fundado por Alfredo Rodrigues da Costa e dirigido por Ney Luis Osório, a primeira personagem

³² Diário do Interior (1911-1923), Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/hemeroteca-jornais-e-revistas>

será apresentada na sequência. O segundo não será apresentado, em virtude de não encontrar materiais acerca do indivíduo no Arquivo Histórico Municipal. Também, a folha matinal apresentava caráter conservador e mais recatado nas reportagens, propõe-se a escrever a partir de uma ótica de classe média. E colocava-se como informativo e independente, isto ocorre por não existir ligação do *Diário do Interior* com partidos políticos, agremiações, clubes e outros. Neste sentido, não há uma ideologia político-partidária que guiava o jornal. A saber, o jornal *A Federação* era o “Orgam” do Partido Republicano Riograndense (PRR), diretamente ligado ao Partido. Outrossim, não configurava-se enquanto jornal popular da cidade, havia uma tendência de elite voltado para as classes altas e conservadoras. Por isso, ao analisar pode-se ver como um jornal hegemônico, por atender essas demandas conservadoras. Por fim, o *Diário do Interior* teve impressões de alguns exemplares em papel róseo³³.

Além disso, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) não possui todos os exemplares do jornal *Diário do Interior*, apenas de 1911 até 1923, 1927 até 1929³⁴ e também entre 1932 até 1939³⁵. Embora o *Diário do Interior* esteja em três conjuntos no acervo, somente a primeira parte foi analisada, entre 1911 até 1923. Dentro da primeira fase de exemplares, a análise feita apresenta um recorte de temporalidade, que inicia em 1912 e termina em 1920. Ademais, a pesquisa inicia dentro dessa temporalidade, por não haver disponibilidade dos exemplares do *Diário do Interior* referentes ao ano de 1911 e não existir o jornal antes desse período. E, o fechamento da pesquisa aconteceu no ano de 1920.

Inicialmente, se pretendia parar em 1917, por conta das greves que estavam afetando várias regiões do Brasil e atingiram com força Santa Maria. Embora esse fosse o desejo inicial, se percebeu oportuno ir mais adiante para ver que ganhos poderiam aparecer como notícia nos anos seguintes à greve. É a partir dessa conjuntura social, política e econômica que se pretende observar os trabalhadores racializados. E também, se havia um processo de racialização e criminalização na

³³ Catálogo Geral do Acervo, Arquivo Histórico do Município de Santa Maria.

³⁴ *Diário do Interior* (1927-1929), Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/hemeroteca-jornais-e-revistas>

³⁵ *Diário do Interior* (1932-1939), Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/hemeroteca-jornais-e-revistas>

exposição dos trabalhadores nas notícias dos jornais. Afinal, de que forma os trabalhadores estavam sendo noticiados em periódicos?

É preciso notar que o *Diário do Interior* era um jornal que estava em atividade no Pós-Abolição. A fase do periódico em análise dista apenas 23 anos do marco da Abolição. Ou seja, os resquícios de filhos, netos ou libertos na Abolição ainda estavam vivos na dinâmica da sociedade Santamariense.

Quadro 3 - Jornal Diário do Interior - Total de exemplares no acervo.

Ano	Período em meses	Número de exemplares	Encadernações
1912	Janeiro a Dezembro	264	1
1913	Janeiro a Dezembro	303	4
1914	Janeiro a Dezembro	305	4
1915	Janeiro a Dezembro	302	3
1916	Janeiro a Dezembro	301	3
1917	Janeiro a Dezembro	295	2
1918	Janeiro a Dezembro	300	2
1919	Janeiro a Dezembro	305	3
1920	Janeiro a Dezembro	295	2

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).³⁶

A tabela completa de exemplares se encontra no AHMSM, não sendo reproduzida na íntegra a tabela, somente as partes que foram analisadas. Também, no ano de 1912 não se verificou todos os exemplares, em virtude das condições do jornal para ser visto. Ademais, em 1913 também não verificou por completo os exemplares em virtude das condições desta fonte.

Ao analisar o *Diário do Interior*, se fez necessário dividir as notícias selecionadas em grupos de palavras-chaves para assentar o formato organizativo. Na tabela de organização das notícias, há tópicos para a extração de informações.

³⁶ O quadro completo se encontra no Catálogo Geral do Acervo, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Abaixo segue o modelo utilizado para organizar as informações coletadas e trabalhar em sua análise.

Quadro 4 - Cabeçalho da tabela da organização das notícias:

Jornal	Dia	Página	Resumo	Fichamento	Nome	Cor	Profissão	Atribuições	Empresa
Diário do Interior	Santa Maria, Quarta-feira, 17 de Abril de 1912	4	Conflito	"Entre José da Costa, preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra e trabalhando na condução de terras das obras da casa do Dr. Gustavo Vauthier, na Avenida (Rio Branco) e o capataz das mesmas obras, Avelino Perez, houve um pega medonho. Desde ante-ontem o negro provocava Avelino, que nada lhe dizia..."	José da Costa	Preto	Carroceiro	residen te as casas do Sr. Pedro Serra	Em branco

Fonte: fichamento do Jornal *Diário do Interior*³⁷

O quadro acima mostra um exemplo dos tópicos que foram utilizados para organizar as informações retiradas das notícias do *Diário do Interior*. Os assuntos que se verificam: jornal, dia, página, resumo, fichamento, nome, cor, profissão, atribuições e empresa/autônomo. Estas categorias orientam a leitura das informações.

Também, dentro da categoria resumo se fez fundamental dividir em palavras-chaves, em especial três mais centrais: organização, conflito e acidentes. Há outras palavras na tabela de fichamento: morte, greves e aleatórios. Há importância de classificar as reportagens em categorias para que se tenha dados que possam orientar de forma quantitativa o que se analisa.

³⁷ A tabela extraída é do fichamento do Diário do Interior feito por Aislan Soares Viçosa.

Quadro 5 - Organização de palavras-resumo:

Total	Acidente	Conflito	Organização
249	109	68	29

Fonte: fichamento do jornal do *Diário do Interior*.³⁸

O quadro 5 apresenta o universo do tópico *resumo*, que está exemplificado no quadro 4. O quadro geral da organização das notícias apresenta palavras-tópicos, por exemplo as palavras *resumo*, *atribuições*, *nome*, *cor* e outros. O universo do *resumo* é de 249 palavras, essas palavras surgem das notícias, cada notícia recebe uma palavra geral para resumir o conteúdo das notícias. Logo, existem 249 notícias, por isso, há 249 resumos. A partir disso, desmembramos esses resumos das notícias em: Acidentes, Conflitos e Organização. Dentro deste universo referente às 249 notícias, que estão em 249 palavras de resumos, vamos ter os seguintes dados: 109 palavras-chaves do resumo das notícias referente aos *acidentes*, 68 referente aos *conflitos* e 29 referentes às *organizações*.

Quadro 6 - Organização de palavras-resumo:

Total	Greve	Roubo	Aleatório
249	26	4	6

Fonte: fichamento do jornal *Diário do Interior*.³⁹

O quadro 6 apresenta o universo do *resumo*⁴⁰ com a quantidade que ocorrem as repetições das palavras-chaves. O universo, portanto, é de 249 palavras do resumo referente às 249 notícias. Dentro deste universo, existem 26 palavras-chaves alusiva a *greves*, 4 referente a *roubos* e 6 referente ao *aleatório*. A categoria de resumo *aleatório* é referente às notícias que não se encaixam nas

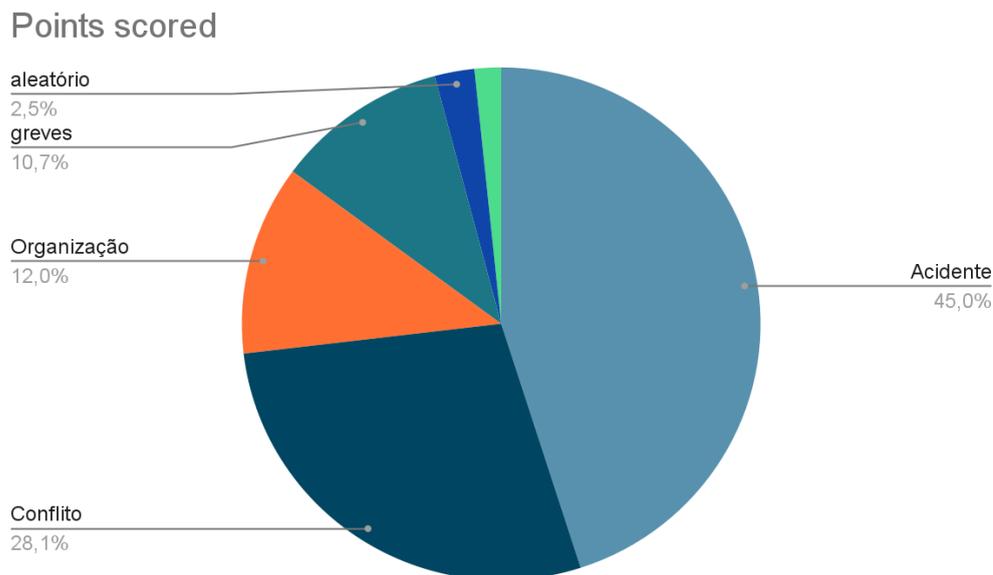
³⁸ Fichamento feito por Aislan Soares Viçosa.

³⁹ Fichamento feito por Aislan Soares Viçosa.

⁴⁰ A palavra *resumo* está em itálico para marcar como tópico. E as palavras-chaves também para dar destaque.

outras categorias. Na sequência, coloca-se um gráfico pizza com as porcentagem de cada palavra-chaves:

Gráfico 1 - A porcentagem de palavras-chaves:



Fonte: gráfico de fichamento do *Diário do Interior*.

A palavra-chave *roubo* não aparece no gráfico. Contudo, é o fragmento em cor verde que corresponde a 1.7% do total.

Ao analisar o gráfico acima pode-se perceber algumas questões. Do universo de 249 notícias apresenta-se 249 resumos, para cada notícia uma palavra de resumo. Inicialmente, os dados apresentam 45% da palavra resumo *acidente*, isto quer dizer que 45% das notícias referem-se aos acidentes de trabalho. Segundamente, os dados que se relatam evidenciam que 28,1% da palavra resumo *conflito*, mostrando que existem 28,1% notícias sobre os conflitos entre trabalhadores. Por terceiro, os dados extraídos do gráfico apresentam 12% da palavra resumo *organização*, isto quer dizer que existem 12% de notícias que estavam falando de organização de trabalhadores na cidade de Santa Maria. Por quarto, os dados mostram que existem cerca de 10,7% de palavras resumos referentes a *greves*, mostrando que havia 10,7% notícias sobre o assunto de organização de trabalhadores. Em quinto, no gráfico aparecem 2,5% de palavras resumos referentes ao *aleatório*, isto quer dizer, que existem 2,5% notícias que não

se encaixam nos outros conjuntos de palavras resumo. E por último, dos dados extraídos há 1,7% de palavras resumo referente a *roubos*, isto nos diz, que 1,75% de notícias referem-se aos roubos dentro das notícias fichadas. Afinal, os dados construídos no gráfico referem-se às informações encontradas no fichamento das notícias, sistematizadas as notícias com palavras resumos, cada notícia recebeu uma palavra resumo.

Além disso, na sequência coloca-se a respeito da quantidade de vezes que as notícias aparecem nas páginas, isto ao final nos mostra sobre a importância das temáticas das notícias. Primeiramente, o jornal possui cerca de quatro (4) páginas por edição diária, que não ocorre nas segundas-feiras. Também, algumas edições possuíam mais folhas, algumas foram com 8, não existe um prolongamento muito grande dentro dos anos, aconteceu em anos específicos. Logo, entre terça-feira até domingo publicam-se as folhas do *Diário do Interior*. Nas páginas, pode-se verificar uma série de notícias, desde manchetes com notícias locais até os telegramas de outras cidades ou internacionais. Havia no *Diário do Interior* uma folha em que se localizavam as propagandas do comércio local ou manchetes com chamamentos para trabalho ou vendas de casas, terrenos e outros. Também, podem aparecer oportunidades de empregos, por exemplo, pedreiros, ferreiros, marceneiros e outros.

No universo de páginas, na primeira — a capa — constavam as notícias mais importantes da cidade bem como relatos do estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Geralmente, sendo resenhas do cenário político e/ou coloca-se a respeito de questões econômicas, alguns acidentes graves da Viação Férrea. Entre as 249 notícias analisadas, há 89 relatos na página referida, dessas, cerca de 37 referentes aos acidentes de trabalho. Outras 19 notícias referentes aos conflitos e 22 referente às greves. E outras 11 notícias referentes a organização, roubo e aleatório.

Na segunda página, constavam os chamados telegramas oriundos de outros municípios, algumas vezes notícias de falecimentos, mensagens de procura por pessoas que não retornaram de volta a localidades de origem e/ou notícias de outros municípios. Entre as 249 notícias analisadas, o critério é referente às palavras-chave referidas anteriormente. Por isso, das 249 notícias temos 44 relatos que aparecem na página 2 do *Diário do Interior*. Dentro dessas 44 notícias, 21 são referentes a acidentes de trabalho, 11 a conflitos e 4 à organização. Além de outras 8 notícias referentes a greves, roubo e aleatório.

Na terceira página, os comerciais aparecem com mais frequência, nesses estão propostas de emprego, oferta de terrenos de casas para comprar. Ainda, propostas de medicamentos para questões doenças. Também, aparecem notícias do dia a dia da cidade. No universo de 249 notícias analisadas, que foram sistematizadas em palavras resumo anteriormente, 32 notícias aparecem na página 3 do jornal. Dentro dessas 32, 15 notícias referentes aos acidentes de trabalho, 8 aos conflitos e 5 notícias aleatórias. E outras 4 notícias distribuídas em notícias sobre organização e greves.

Na quarta página, há também relatos do dia a dia da urbe, apresentando as notícias do cotidiano da municipalidade santamariense, a respeito de pessoas que sofreram acidentes de trabalho, conflitos em estabelecimentos, bem como eventuais tiros sendo dados próximos às praças. No universo de 249 notícias analisadas, sistematizadas em palavras resumos, apresentados anteriormente. Sobre isso, 47 trechos de notícias presentes nesta página do *Diário do Interior*, 20 são referentes aos conflitos, outras 20 sobre acidentes, e mais 4 à organização. Por último, 2 de morte, que compõem o grupo dos aleatórios.

O *Diário do Interior* circula com a quantidade de 4 folhas por exemplar, dentro de um período maior dentro do tempo cronológico que se analisa. Os exemplares que apresentam 5, 6 e 7 folhas no impresso circulam por menos tempo, cerca de 2 anos no período analisado.

Nas páginas cinco, seis e sete aparecem em anos específicos, a saber entre 1913 e 1915. No universo de 249 notícias analisadas, esses relatos apresentam palavras resumos, colocadas anteriormente. Sobre isso, 20 relatos aparecem na página cinco do jornal. Desses relatos, 5 notícias referentes aos acidentes de trabalho, 5 à organização, 9 aos conflitos e 1 referente ao aleatório. E na página seis do jornal, aparece 1 vez a notícia está presente no jornal dentro das 249 notícias. O relato que se manifesta na página seis é referente a acidente de trabalho. E na página sete, manifestam-se 7 notícias dentro do universo de 249 relatos do jornal, dessas notícias: 4 são referentes aos acidentes de trabalho e 3 alusivas à organização.

E por fim, há 10 notícias que o número de página está em branco.

Quadro 7 - Quantidade total de páginas analisadas (exceto em branco)

Quantidade	1	2	3	4	5	6	7
249 páginas	89	44	32	47	20	1	7

Fonte: fichamento do Diário do Interior.⁴¹

No quadro 7, colocou-se todas as páginas analisadas e, as respectivas quantidades de notícias vistas em cada uma dessas páginas, visto que apareceram muito mais notícias na capa do jornal, 89 notícias. Sendo a página quatro, a segunda página que mais apareceram as notícias analisadas, sendo 47 notícias, e depois, tem-se a página dois do jornal com maior quantidade de aparições de notícias, sendo 44 notícias. E, página três com 32 notícias e, ainda, as páginas cinco, seis e sete, respectivamente, com 20, 1 e 7 notícias.

Em síntese, ao organizar as informações sobre as páginas e a quantidade que as palavras-resumos aparecem em cada página, observou-se por meio do quadro 4 que havia uma série de repetições de palavras resumo, em determinadas páginas do jornal. Ao pensar isso, percebo que as palavras resumos: acidentes e conflitos acabaram aparecendo em quantidade significativa na capa do periódico, isto revela que esses trabalhadores não estavam completamente invisibilizados, lógico, não recebem visibilidade com sentido de serem bons cidadãos, ao contrário, estavam aparecendo de forma racializada, em situações de precarização do trabalho ao constarem em notícias trágicas de acidentes e conflitos, e ainda, em situações de desordens como as greves.

Portanto, pode-se concluir que notícias alusivas a conflitos e acidentes de trabalho apareciam com frequência na capa do jornal, pois na capa foram 89 notícias e, desses relatos, 37 eram sobre acidentes de trabalho e outras 22 sobre conflitos de trabalhadores. Com isso, pode-se perceber que os trabalhadores racializados tinham relevância dentro da municipalidade de Santa Maria. Esses sujeitos estavam aparecendo, claro, que eram indivíduos que surgem de forma racializadas, em acidentes, conflitos em espaços de lazer e trabalho. Não necessariamente aparecem

⁴¹ O fichamento foi feito por Aislan Soares Viçosa.

em situações positivas que os abrilhantavam como cidadãos, aparecem em situações turbulentas na grande maioria das vezes.

1.3 Alfredo R. da Costa

A cena política santamariense pré-década de 1910 e durante esta década estava com presença de forças republicanas, que apresentavam tendências mais ortodoxas e menos ortodoxas. Para falar das personagens em questão, necessita-se dizer que a formação daquilo que vem a ser o *Diário do Interior*, em 1911, antes era o jornal *A Tribuna*, 1907-1911. O jornal tem por base a movimentação das eleições para a Presidência de Estado, que estava sendo encampada por Carlos Barbosa (republicanos, PRR) e Fernando Abbot (federalistas/dissidência republicana). Este jornal foi dissidência de outro jornal de nome *O Estado*, 1902-1905. (Beltrão, 2013)

Em artigo já citado, De Luca (2008) refere trabalhos feitos por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), que analisam um jornal de linha política republicana — *O Estado de São Paulo*. Ao esmiuçar, os editoriais deste periódico evidenciam grande interesse de classe, o “matutino como porta voz dos interesses de setores da classe dominante paulista e a maleabilidade do liberalismo abraçado pelos seus responsáveis” (De Luca apud Capelato e Prado, 2008, p. 118). De Luca (2008) apresenta que,

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se á imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (De Luca apud Capelato e Prado, 2008, p. 118)

O jornal *A Tribuna* (1907-1911) apresentava uma associação para a fundação, existia um grupo de acionistas que controlava este periódico. Em Cronologia

Histórico de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho (1787-1930), Romeu Beltrão⁴² relata o aparecimento de *A Tribuna*, 1907-1911,

Surge *A Tribuna*, órgão dos ortodoxos do Partido Republicano, propriedade duma sociedade por ações, direção de José Pena de Moraes, secretariado por João Belém, gerenciado por Alfredo Rodrigues da Costa e redatado por José Vieira do Amaral, Abelino Vieira, Dr. Álvaro Rodrigues Leitão e Fontoura. 39x59cm, 4 p. Será transformado no *Diário do Interior* em 16.05.1911. (Beltrão, 2013, p. 534)

Beltrão (2013), destaca o papel de Alfredo Rodrigues da Costa, que se torna, em 1911, o proprietário do *Diário do Interior*. Alfredo R. da Costa integra as forças republicanas do município de Santa Maria, em específico, o grupo ortodoxo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁴³. O jornal tem como proprietário um republicano, que parece ser de linha política ortodoxa. É fundamental que se saiba o porquê Alfredo R. da Costa rompe com os colegas do *A Tribuna* e funda o *Diário do Interior*. Beltrão coloca que,

Homem inteligente, A. R. da Costa, gerente d`*A Tribuna*, percebendo que o jornal não duraria muito, por terem desaparecido os motivos políticos que o criaram, foi adquirindo ações da sociedade que o mantinha e acabou obtendo o controle acionário do mesmo. Então resolveu fechar o jornal, comprometido pela atuação política, e abrir outro, “folha da manhã e independente”, como se manteve até o final, ocorrido a 30.9.1939”. (Beltrão, 2013, p. 551)

Alfredo Rodrigues da Costa fundou o próprio jornal para atender outras demandas, que não estavam necessariamente ligadas aos partidos políticos, em vista que a folha sob a gerência do grupo de ações estava alicerçada na perspectiva do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Para compreender a figura de Alfredo da Costa apresenta-se na sequência um conflito, entre os operários de uma fábrica de telhas, Bráulio Campos Odorico e João Manuel, que saiu no *Diário do Interior*, os

⁴² Romeu Beltrão foi memorialista em Santa Maria. A obra que escreveu é constituída de textos factuais, não existindo qualquer reflexão acerca das considerações, também, Beltrão não coloca de que lugar retira as fontes para as informações. Coloco trechos de Beltrão, faço alicerçado em validações feitas a obra de Beltrão por Historiadores e Historiadoras do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁴³ Partido Republicano Riograndense (PRR) fundado em 1882. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros sendo os nomes mais proeminentes.

indivíduos que estavam postos sofreram judicialização por conta do conflito. O desenrolar ocorre somente mais à frente, aparecendo neste instante por estarem interligados ao Alfredo R. da Costa.⁴⁴

Bráulio Campos Odorico e João Manoel aparecem envoltos em brigas no local de trabalho. Mais adiante será narrada a história desses personagens. O desentendimento entre os dois trabalhadores ocorreu por questões financeiras. O proprietário do *Diário do Interior* aparece dentro dos autos processuais do ano de 1912. No *processo-crime* que julga Bráulio Campos pelo crime feito a pessoa de João Manoel consta a figura de Alfredo Rodrigues da Costa.

O Sr. Da Costa ao que parece não desenvolvia apenas o trabalho de possuidor do *Diário do Interior*, acabou por desempenhar outras atividades dentro da comunidade santamariense. Ao final do processo-crime de Bráulio Campos Odorico e João Manoel, a ata processual relata a função desempenhada por A. R. Da Costa dentro do processo judicial. O escrivão Octacílio Carlos de Aguiar relata em Ata,

Reaberto o Tribunal e presentes os Snrs. Abílio Garcia, Celso Ribeiro, Alfredo Rodrigues da Costa, Octaviano Vieira de Araújo, e Manoel Ribas, que haviam já sido sorteados e servido no conselho de sentença que momentos antes absolveu a José Ferreira da Silva, prestou novo compromisso, o Dr. Presidente leu a Lei número vinte e quatro de quinze de Agosto de mil oitocentos e noventa e oito referente ao impedimento dos jurados. (AHMSM. processo crime 38, p. 4. 27/03/1912)

Alfredo Rodrigues da Costa, proprietário do *Diário do Interior*, neste processo-criminal cumpre a função de jurado no Conselho de Sentença. Embasado em Carvalho (2005), pode-se ver que as classes populares apresentavam ressalvas com órgãos do Estado, seja a polícia em atos de repressão bem como o judiciário. A justiça não é vista como órgão que resolve os problemas da população, e sim, mais uma instância que reprime a população, em especial as classes empobrecidas. A justiça estava feita enquanto braço da elite para a pressão de populares.

Acerca disso, Alfredo R. da Costa ao compor o Conselho de Sentença, reforça essa perspectiva de repressão da elite para com os populares, mesmo criado por sorteio, as pessoas que compõem pertencem ao recorte de classe de elite. A sentença era dada pelo Conselho de jurados, “não esqueçamos que eram todos brancos e pessoas que partilhavam de uma suposta elite local.” (Carvalho, 2005. p.

⁴⁴ No capítulo 3 falaremos a respeito dos trabalhadores da casa de telhas.

112). Afinal, pode-se ver que Alfredo Rodrigues da Costa ao compor o Conselho de Sentença desenvolve uma função comum às elites do município.

1.4 Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria

Santos (2021) apresenta em “Desabusadas e levadas do Diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)” o surgimento do Hospital de Caridade. E, junto disso, estuda a situação da população empobrecida ao final do século XIX e início do século XX e as formas de assistências que esses indivíduos estavam recebendo do poder público. Santos (2021) coloca que, embasada em Daiane Rossi, “a transferência do cemitério da Matriz do centro da cidade, a elaboração do Código de Posturas Municipais e a institucionalização da medicina.” (Santos, 2021, p. 55) foram fundamentais para os processos da saúde dentro da municipalidade. O ordenamento sanitário passava por esses três eixos, realocação do Cemitério para local mais distante da vida urbana, processo sanitário para com a população. Também, a criação do Código de Posturas que incrementa que medidas deveriam ser tomadas dentro da cidade em relação à população. E por fim, a saúde ganha outro escopo dentro de Santa Maria, com os processos de criação do hospital e uma série de médicos que se articulam dentro da urbe. E, dentro dessas articulações de médicos, a figura do Doutor Pantaleão Pinto, mobilizando para construção de rede de médicos que estavam atuando no município, seja por relações familiares e/ou profissionais.⁴⁵ Diante disso, no alvorecer do século XX, iniciava a organização para criação de Hospital em Santa Maria,

A formação de uma instituição para assistir à população pobre santa-mariense foi pensada já no quartel final do século XIX, e a fundação do Hospital de Caridade deveu-se, segundo Rossi (2018), às relações familiares entre os médicos locais Nicolau Becker Pinto e Astrogildo de Azevedo, as do primeiro referentes à sua presença no Serviço de Assistência Pública de Porto Alegre⁴⁶, assim como as relações de ambos com o Partido Republicano Rio-Grandense, com a gestão municipal, com a administração da ferrovia e com os demais membros da elites locais determinaram a inauguração da instituição em 1903. (Santos, 2021. p. 57.)

⁴⁵ SANTOS, Gabriela R. 2021. P. 55

⁴⁶ Ibid.p. 303.

O Hospital de Caridade de Santa Maria (HCSM) era fruto da organização de médicos da cidade, dentre os médicos, nomes como de Astrogildo de Azevedo e Nicolau Becker Pinto, que movimentam o Hospital, que possui apoio da Intendência Municipal.⁴⁷ O sistema do Hospital de Caridade previa o atendimento à população de forma irrestrita, isto não se verificava, segundo Santos (2021) ao observar trabalhos, como de Rossi (2018) e Weber (1999), havia relações de classes no atendimento no hospital. A partir disso, o HCSM apresentava um Livro de Registro do HCSM, em específico, referente aos pacientes que ficavam hospitalizados por mais dias. Com isso, este livro relatava uma série de informações: ano, mês, dia, nome, sexo, idade, cor, estado, nacionalidade, profissão, residência, diagnóstico, médico, classificação, ano, mês, dia, transferência e alta.⁴⁸ O LR HCSM apresentava um formato mais descritivo das informações dos pacientes. Essas informações norteiam a compreensão da população que ingressa no hospital e, também, a população que residia em Santa Maria, pode-se ter um parâmetro das pessoas que circulavam pela cidade.

Em suma, a leitura de possíveis pessoas que se tornam pacientes no Hospital de Caridade contribui no cruzamento com o jornal *Diário do Interior*, para obter informações acerca da racialização. O fichamento do LR HCSM apresentava a raça, portanto, havia processos de distinção entre as pessoas que acabavam ficando baixadas. A declaração de raça da população no LR HCSM tem formato descritivo. É importante estar atento às questões de autodeclaração, essas pessoas definiam uma cor para si ou o atendente do hospital determinava que cor a pessoa apresentava. Não há como saber de que forma as declarações de raça desta população foram feitas, sabe-se que ela foi feita e aparece no Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria.

⁴⁷ SANTOS, Gabriela R. 2021. p. 57.

⁴⁸ Informações recolhidos do fichamento do Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM)

1.5 Conclusão

O presente capítulo apresentou a metodologia deste trabalho. A artesanaria da construção deste trabalho historiográfico foi fundamental no processo de maturação para desenvolver formas de analisar a fonte — *Diário do Interior*. E, o objeto de pesquisa se configura sendo a racialização. Ao iniciar, questionamentos fundamentais, sobre o proprietário do jornal e as convicções políticas do indivíduo. Também, apresenta o fichamento do periódico que estava sendo realizado ao longo da pesquisa, mostrando em quadro específico o organizativo das notícias, ainda, coloca-se a quantidade de notícias que foram coletadas do jornal. Por isso, aparecem as notícias em palavras-chave, aquelas palavras que resumem os relatos do jornal. A saber, as palavras resumo: *conflitos*, *acidentes* e *organização* para organizar as notícias de forma mais adequada. E por fim, apresenta o Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM), documento para realizar cruzamento e consulta. Ao longo desta pesquisa, *processos-crimes* aparecem junto dos cruzamentos, não foi feito subtítulo para tratar desses processos. Os processos aparecem mais como forma de consultar a judicialização.

2º Capítulo - Racialização no Pós-abolição em Santa Maria.

2.1 Considerações iniciais

Para compreender o cenário da cidade de Santa Maria no Pós-abolição necessita-se visualizar de forma mais ampla como se davam as reproduções da racialização. A percepção dos sujeitos que estavam sendo racializados de forma negativa verifica-se por meio da construção da colonialidade dentro de todo o processo de colonização do Brasil. A reprodução da racialização que ocorreu no âmbito mais micro estava alicerçada na estrutura macro do Colonialismo, que se ramifica por toda a estrutura. Desta forma, para assimilar como estava construída essa racialização dentro da municipalidade precisa-se compreender que ferramentas do colonialismo estavam postos na dominação. Para visualizar essas realidades que

perpassam a América Latina usa-se Anibal Quijano para pensar a realidade da Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) . Para isso, situar as formas que a colonialidade do poder se alicerça neste cenário, bem como perceber a branquitude na capilarização da racialização. Lia Vainer Schucman (2012), coloca que a ideologia do branqueamento estava presente na construção da sociedade brasileira, a branquitude como instrumento de reprodução da estrutura colonial. Também, ao pensar a linguagem do Jornal usa-se Frantz Fanon (1952), o jornal se utiliza de linguagens para comunicar ao leitor determinadas notícias, a linguagem era ferramenta de dominação nesta estrutura macro do colonialismo, de que forma a linguagem do jornal afetava essas reproduções da racialização em Santa Maria. Ao observar a realidade mais micro utilizou-se Marcus Vinicius Freitas Rosa (2019), que trabalhou com a cidade de Porto Alegre, tendo como perspectiva o racismo na cidade no Pós-abolição. Afinal, a racialização que se pretende verificar no *Diário do Interior* não era exclusiva da realidade de Santa Maria, também se ramificam em outras territorialidades.

2.2 Colonialidade do Poder, Branquitude e Racialização

Eduardo Galeano (2010, p.), escritor uruguaio, “derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata.” A América Latina durante quatrocentos anos viveu a égide do Colonialismo europeu, em especial, do reino de Portugal e Espanha. A América Portuguesa dentro do mundo colonial perpetrou o Tráfico Atlântico de escravizados do continente africano para as Américas, especificamente, a colônia Portuguesa Brasil. E depois, durante o Império do Brasil.

Neste processo, havia a homogeneização de grupos oriundos de África, o próprio termo África era cunhado da perspectiva do dominador para o dominado. Os povos trazidos passavam por esse processo de racialização, se utilizava o termo africano para tornar homogênea uma série de grupos heterogêneos — congos, Monjolo, Angola, nagôs, haussás e outros. A racialização que existia era fruto da violência perpetrada pelo modelo econômico escravizador atlântico, este processo de arrancar indivíduos para a América foi traumático.

Além disso, a raça como instrumento de dominação ganha outros contornos, quando indivíduos de pele escura eram postos como escravizados. Dentro dessa estrutura, o termo escravo passava a designar também como sinônimo e/ou referência a negro/preto. A partir disso, a colonialidade do poder se alicerça para dentro desta ótica do colonialismo europeu sobre as Américas, que costura a colonização por meio da religião, economia e política. Primeiramente, a religião cristã como ferramenta de dominação, porque criminalizava outras formas de religiosidade, a saber, as expressões de religiosidade oriundas do continente africano. Segundamente, a economia de exploração que utilizava a mão de obra escravizada, que passava por processo de desumanização tornando-se mercadoria. E terceiro, a política da colonização que foi gerida na estrutura violenta, especialmente os genocídios de populações indígenas bem como na extinção de possíveis revoltas de escravizados. Quijano (2005) coloca que a partir do século XVI os negros passavam a ser visto como força de trabalho, dentro dessas relações de trabalho racializadas, e não-negros encontram-se em posição de poder, como amos, senhores, patrões e outros. Por meio disso, os grupos de mestiços dentro dessa lógica acabavam racializando as relações de trabalho a partir da “cor”. (Quijano, 2005)

Rosa (2019), em “Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre” durante o pós-abolição, coloca que Silvia Hunold Lara percebe essas relações racializadas na América Portuguesa, no século XVIII. Os administradores coloniais apresentavam distinção de cor e condição social entre as populações que viviam nesta territorialidade. Quanto mais escura a epiderme do indivíduo na América Portuguesa mais associado ao cativo este personagem vai estar relacionado. Rosa (2019) expõe que,

A inovação histórica naquele momento — meados do Setecentos — foi a necessidade de evitar confusão entre, de um lado, os brancos e, de outro, os pretos e os mulatos, independentemente de serem livres ou cativos. Embora já houvessem autoridades judiciárias argumentando que os pretos e mulatos apresentavam “propensão” para os crimes, ainda não se tratava da “raça” vigente no século XIX, que vinculava a cor preta ou mulata a uma origem africana inferior ou que adotava parâmetros científicos para diferenciar e hierarquizar grupos sociais. (Rosa apud Lara, 2007; p. 27)

A colonialidade do poder se alicerça em diversos ramos capilarizados na sociedade. Para compreender como o colonialismo interfere na racialização do cotidiano de Santa Maria precisa-se ver a construção da branquitude, que perpassa concepções concretas e subjetivas. Bem como observar a construção das concepções de raça na vida da população no Pós-abolição, porque o objeto que se observa apresenta lugar de fala dentro da sociedade, o *Diário do Interior* expressava as ideias da classe alta em relação às classes baixas, logo havia uma relação de poder. Também, pode-se desenvolver percepções de linguagem no modo como o jornal colocava as ideias para os leitores, isto porque se analisa que existia intenção e viés político no noticiário.

Em suma, ao colocar em diálogo Marcus Vinicius Freitas Rosa e Silvia Hunold Lara, pode-se perceber que apresentam compreensões convergentes acerca da influência da raça na sociedade colonial e no século XIX. Lara e Rosa apresentam que existia diferença entre as questões de raça no Setecentos e Oitocentos, esses processos aconteciam de maneiras próprias, nos dois casos havia a inferiorização. No século XIX, a raça era instrumento de inferiorização junto dos processos científicos de hierarquização da sociedade, bem como a higienização e eugenia em relação a população com a ideologia do branqueamento. Quijano, apresenta que a raça como força motriz de todo o processo colonial e século XIX, a raça apresentava influências nesses processos de colonialidade. Por isso, vamos trabalhar que a raça era força patente no período colonial e século XIX, embora existam as diferenças de instrumentalização da raça no Oitocentos. O pensamento era apresentar que a raça vem sendo instrumentalizada ao longo dos processos históricos, por isso trazemos Anibal Quijano, Marcus Vinicius Freitas Rosa e Silvia Hunold Lara, não estamos dizendo que os processos de instrumentalização são os mesmos. Afinal, como visto anteriormente, os processos de instrumentalização da raça se configuram de maneiras distintas.

Karl Monsma (2013) trabalha com as concepções de raça e racialização, utiliza o Pós-abolição paulista como exemplo para embasar o pensamento teórico que desenvolve. Ao pensar a racialização Monsma não coloca em evidência grupos negros, apresenta a construção a partir da racialização dos europeus, entre os próprios europeus. Esse processo de construção é fundamental para analisar que a racialização não necessariamente se atrela aos negros, havia a possibilidade de

indivíduos ou conjunto de negros estarem sendo racializados. A saber, o conflito entre José [Penna] da Costa e Avelino Perez, que se esmiúça na sequência deste trabalho, demonstra o processo de racialização dos dois indivíduos, José da Costa pessoa de cor Preta e Avelino Perez de cor branca, segundo a notícia do *Diário do Interior*. Coloca-se essa casuística em evidência nesse momento para mostrar que a racialização ocorre tanto em pessoas pretas e também em brancos, mas com teor bastante diferentes. A questão que se levanta era a forma que esse processo estava acontecendo e de que modo interfere nas relações sociais ao gerar desigualdades para determinadas comunidades. Monsma (2013) expõe que,

No século XIX, havia uma tendência de distinguir as “raças nórdicas”, do noroeste da Europa, das “raças latinas” e das “raças eslavas”. Os irlandeses, apesar de sua localização geográfica no Noroeste, foram racializados de forma particularmente negativa pelos ingleses (MILES 1993). Os judeus e ciganos eram estigmatizados em toda a Europa. As mesmas representações raciais se transferiram aos Estados Unidos, onde foram reelaborados nas avaliações de diversos grupos imigrantes. Os judeus, irlandeses e italianos empreenderam longas lutas para serem classificados como “brancos” nos EUA (JACOBSON 1998). (MONSMA, 2013, p. 2)

Lia Vainer Schucman (2012), psicóloga social, apresenta concepções acerca de raça, enquanto categoria sociológica,

a raça, como categoria sociológica, é fundamental para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só no que diz respeito à experiência local, mas também, nacional e global. A ideia de raça está presente em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação. (Schucman,2012, p.13)

Para que se entenda a racialização é necessário compreender o ideário de branqueamento da sociedade, as formas que a ideologia da branquitude se alicerçava no Brasil da Primeira República. A saber, as forças policiais demonstravam um espaço de ascensão social e lugar de certo prestígio na comunidade local. O recrutamento de policiais ocorre nas classes subalternas, espaço de grande presença de negros, em especial no início do século XX, não era incomum esses recrutamentos. Rosa (2019), apresenta casuística de negros que compõe o corpo de polícia, fazendo repressão violenta contra outros negros. E

coloca as percepções acerca do jornal o *Exemplo*⁴⁹ em relação aos acontecidos, “Em 1902, os jornalistas de O Exemplo denunciaram o inspetor Justino e seu subordinado “João Negrinho”, que gostavam de dar “banhos de facão” à revelia das leis em todos aqueles por eles mesmo considerados desordeiros. Na opinião dos jornalistas, os dois agentes da lei entendiam que “negro não tem o direito de falar alto, quando o branco pensa em dormir”⁵⁰.

Os redatores em tom bastante irônico, sugeriam que eles se comportassem como se tivessem “estado ao coradouro algum tempo”⁵¹, motivo pelo qual pareciam “ter perdido o resto de cor preta”⁵² que “ainda lhe restasse da herança dos avós”⁵³. João e Justino foram representados como policiais que, julgando-se embranquecidos, exerciam ao máximo e arbitrariamente a autoridade que detinham, sobretudo contra gente de pele tão escura quanto a deles.”⁵⁴ Afinal, o branqueamento ocorre no processo de ascensão à carreira policial que garante segurança para estas pessoas bem como uma projeção salarial melhor. Logo, esses agentes poderiam se entender como embranquecidos por conta da possibilidade ascensão social, ao contrário dos desordeiros que estavam pelas ruas e que possuíam pele preta, existia desvinculação em relação a cor e a possibilidade do trabalho.

A construção histórica do *colonialismo* que atinge a América Latina, África e Ásia, junto disso os processos de escravização de africanos nas Américas, ocupação dos territórios indígenas e genocídio de populações ameríndias bem como a construção de novas nações na América do Sul levaram a estruturação da branquitude. A branquitude é produto dos processos históricos do *colonialismo* que compõem a Colonialidade do Poder, esse eixo cria estruturas para os brancos ocuparem os espaços de poder de novas nações. Também, a construção do indivíduo branco como referência dentro dessa estrutura, até porque as concepções de branco e não-branco sofreram processos de reconstrução nas novas nações, havia a racialização não apenas do indivíduo que era apenas europeu, entra o entendimento do indivíduo que era quase europeu.

⁴⁹ *O Exemplo* (1892-1930) jornal negro de Porto Alegre.

⁵⁰ ROSA, 2019. P.

⁵¹ ROSA, 2019. P.

⁵² ROSA, 2019. P.

⁵³ ROSA, 2019. P.

⁵⁴ ROSA, 2019. P.

Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico⁵⁵ de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. (Schucman, 2012)

A branquitude recria noções de brancos e não-brancos dentro da racialização que se constrói na sociedade do pós-abolição, essas percepções colocavam a ascensão no status social que os indivíduos brancos adquirem. Que benefícios a branquitude garante aos indivíduos brancos e/ou imigrantes europeus que dividiam o espaço com populações não-brancas — negros, pretos, pardos, indígenas. Esses grupos dividem espaços de sociabilidade como local de trabalho, lazer (praças, bares e outros) e muitas vezes acabavam criando laços familiares. É fundamental pensar de que forma a branquitude impactou a vida desses indivíduos ao longo da abolição e pós-abolição. Schucman apresenta que,

Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas das outras, dependendo do País, região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando. Ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas⁵⁶, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Portanto, a branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis (Schucman apud Steyn, 2004, p. 121).

A branquitude enquanto privilégio branco se constrói dentro de relações materiais e subjetivas. A materialidade da branquitude afeta diretamente a relação de trabalho e a inserção do indivíduo dentro do capitalismo, não sendo os grupos não-brancos os detentores do capital financeiro. Ou quando esses indivíduos não-brancos possuem o capital financeiro não se constituem como a maioria. Schucman (2012) expõe que,

⁵⁵ O conceito de ideologia é compreendido aqui tal como propõe Chauí (1984), assim ideologia “é um ‘fato’ social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das idéias pela sociedade, ou melhor, por formas histórica determinadas das relações sociais” (p. 31).

⁵⁶ Porém a questão genética não pode ser descartada por completa, já que, querendo ou não, e a despeito do processo de branqueamento pelo qual passam parte significativa dos negros e mesmo do processo de ocidentalização [branqueamento] que passam alguns dos orientais [cirurgias nos olhos, cabelos louros...], para ser branco, ou melhor, para que o sujeito seja reconhecido como branco, é necessário ter alguma aproximação com algumas das características fenotípicas identificadas com os brancos e elas são determinadas geneticamente. O fenótipo é a manifestação dos genes.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição⁵⁷ foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2012, p. 7)

O privilégio que os brancos possuem foi fruto da construção seja em condições de ascensão do trabalho, os processos de encarceramento da população negra, acesso à moradia e a terra que os brancos tiveram ao final do século XIX e início do XX, financiamentos aos imigrantes que chegavam ao Brasil. Por fim, a branquitude foi construída no privilégio que os brancos exercem e também na relação de poder de enxergar como indivíduos não racializados de forma pejorativa, perspectiva de universalidade em relação aos outros grupos étnicos.

Para exemplificar, esse trecho que Andrews (1991) coloca que “em 1919, apareceu uma sátira em uma publicação mensal anarquista representando uma escala social simbólica se estendendo de um nobre até um cachorro.” (Andrews, 1991, p. 108) e, também, “um criado negro aparece logo acima do cachorro e abaixo de um mendigo, que expressa sua humilhação por ser retirado da mansão por um “negro bem alimentado”⁵⁸.” (Andrews, 1991, p. 108) evidenciando os processos de racialização que os negros estavam sofrendo em São Paulo, toda a carga pejorativa que estava sendo construída sobre corpos não-brancos. É por meio dessas construções que a racialização se capilarizava na sociedade e, junto disso, se construía o privilégio da branquitude, porque esses indivíduos para ocupar postos de trabalho passavam por essas cargas pejorativas para serem contratados.

Frantz Fanon, em “Pele negras, máscaras brancas” (1952) evidencia as relações de pessoas pretas e brancas, colocando a subjetividade do vínculo entre os indivíduos como fenômeno que impulsiona a branquitude. O colonizado passa a

⁵⁷ É unânime, nos estudos sobre branquitude, que sujeitos descendentes de europeus sejam os que mais ocupam este lugar. No entanto, dependendo da configuração histórica, econômica e social, outros sujeitos podem ocupar este lugar.

⁵⁸ “Pobre povo brasileiro”, O Amigo do Povo (27 de dezembro de 1903); “No reino da Senegambia”, A Plebe (15 de setembro de 1917); “A escala”, Aurora (1 de abril de 1905); “Os negros”, A Sorocabana (15 de setembro de 1918). Para uma análise criteriosa das tensões raciais e étnicas dentro da classe trabalhadora brasileira durante este período, ver Sidney Chalhou, Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque (São Paulo, 1986), assim

colaborar com o colonizador porque iniciavam processos de não aceitação da imagem da pessoa negra. Schucman (2012) apresenta

No caso dos negros, a consequência seria uma não aceitação da sua autoimagem, da sua cor, o que resultaria em um “pacto” com a ideologia do branqueamento, e, portanto, a construção do que o autor chama de máscaras brancas começa na rejeição do negro de si próprio e uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental. (Schucman, 2012, p.20)

Fanon (1952) disserta a respeito das relações de linguagem, a língua falada na Martinica [território francês além mar] é o francês, também se fala o crioulo, um formato de língua que mescla o francês com idiomas de origem africana, essa língua [Francês] é utilizada como instrumento de dominação pelo colonizador. O colonizado quando se apropria da língua acaba por reproduzir as formas de opressão do colonizador. Fanon (1952) apresenta que,

O negro que conhece a metrópole é um semi-deus. A respeito disso, lembro de um fato que deve ter impressionado gerações de meus compatriotas. Muitos antilhanos, após uma estadia mais ou menos longa na metrópole, voltam para ser consagrados. Entre eles o caipira, o nativo-que-nunca-saiu-de-sua-toca, representa a forma mais eloquente dessa ambivalência. O negro que viveu na França durante algum tempo volta radicalmente transformado. Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta^{59 60}.

Fanon está colocando que a língua dá um *status* diferente para os indivíduos que retornam da metrópole, havia uma relação de poder que se estabelecia entre negros da Martinica que foram a França e aqueles que não foram a metrópole.

Partindo dessa perspectiva da língua como ferramenta de dominação busca-se compreender o modo que o *Diário do Interior* se utiliza dessa ferramenta para dominar as notícias no jornal. A racialização que existia dos indivíduos brancos e negros nas páginas do jornal passavam pelo crivo linguístico, a língua como poder de dominar, selecionada por meio dos indivíduos que escreviam as notícias, o formato de como os relatos estavam sendo noticiados — conflitos, lances, acidentes e outros. Havia sutileza ao dizer atribuições que deixavam positivo ou

⁵⁹ Queremos com isto dizer que os negros que voltam para casa dão a impressão de ter completado um ciclo, de ter adquirido algo que lhes faltava. Eles voltam literalmente cheios de si.

⁶⁰ FANON, 2008, p.35

negativo a imagem dos sujeitos, isso ocorre a partir da naturalização ou melhor da tentativa de naturalizar estereótipos para grupos brancos e não-brancos.

Rosa (2019), apresenta a racialização que estava acontecendo em Porto Alegre, durante a Primeira República, usando-se de fontes criminais, ocorrências, inquéritos, anúncios de jornais, contos e outros, enxerga que existe racialização entre a população de Porto Alegre, em específico aos grupos que estavam na Colônia Africana e Cidade Baixa. Os dois bairros apresentavam um espaço de convivência entre imigrantes (germânicos, italianos, poloneses, portugueses, judeus e outros) e negros no cotidiano, essas relações entre populações empobrecidas e, que mesmo em extrato social semelhantes realizavam a racialização. Rosa (2019, p.12) apresenta que “a raça passou a existir efetivamente como componente das relações estabelecidas entre dominantes e dominados, mas também daqueles estabelecidos entre os próprios dominados.”, ao longo do trabalho percebe-se que os grupos negros que estavam em Porto Alegre, na Primeira República, apareciam no cotidiano da cidade, pois, a epiderme associado aos negros era atrelado ao escravismo no século XIX, portanto, no pós-abolição estava aparecendo como forma pejorativa aos negros. Então, percebe-se que a cor branca quando aparece, justamente, por não estar ligada ao escravismo, e sim, às concepções de liberdade e cidadania, estava ligada aos processos de positivação. A saber, veja a forma que o periódico apresentava na notícia de jornal, dois indivíduos que entram em conflito, relatos extraídos do jornal *Diário do Interior*, do dia 17 de abril de 1912, AHMSM, “entre José da Costa, preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra” e “o capataz das mesmas obras, Avelino Perez [...] que é casado, branco, já certa idade, ia para casa tomar café.” Por isso, a língua estava sendo ferramenta de criar a imagem dos indivíduos, havia na língua falada e escrita poder para racializar e reproduzir a dominação acerca da população bem como criar imagens de estereótipos. Afinal, com esta perspectiva de Marcus Vinicius de Freitas Rosa, pode-se ver no jornal *Diário do Interior* uma lógica semelhante, em que trabalhadores do mesmo estamento de classe se utilizam da racialização para benefício próprio, existindo uma instrumentalização intra-classe da racialização.

2.3 José da Costa e Avelino Perez

Em determinadas partes do Jornal ocorrem menções aos trabalhadores, em maioria, os proletários estavam aparecendo em acidentes de trabalho e/ou conflitos entre os próprios proletários. Veja o caso de José da Costa, preto, carroceiro que entra em conflito com Avelino Perez, capataz, branco, casado enquanto trabalhava em uma obra na Avenida Rio Branco na casa de Dr. Gustavo Vauthier,

Entre José da Costa, preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra e trabalhando na condução de terras das obras da casa do Dr. Gustavo Vauthier, na Avenida (Rio Branco) e o capataz das mesmas obras, Avelino Perez, houve um pega medonho. Desde ante-ontem o negro provocava Avelino, que nada lhe dizia. Ontem pelas as 08:30h da manhã, Avelino que é casado, branco, já certa idade, ia para casa tomar café, quando foi atacado pelo negro que vinha armado com um relho, como qual deu-lhe um laço terminando por bater-lhe com o cabo. Em vista disso, Avelino saca do revolver e espera o negro que o agrediu novamente, disparando a arma, não podendo dar segundo tiro, porque recuando um pouco tropeçou em uma pedra. Caindo; aproveitando-se disso o negro para dar-lher muito com o cabo do relho pela cabeça que apresenta diversos ferimentos. O preto, entretanto, recebeu um balaço na região epigótica indo o projétil sair na região lombar. Os operários que trabalhavam na obra, acudiram desarmando Avelino e conduzindo José na própria carroça em que trabalhava até a Intendência Municipal de onde foi levado para o Hospital de Caridade. Avelino, dirigiu-se também à Intendência, onde tudo relatou ao Coronel Pimenta que o poz logo em liberdade. (Diário do Interior, Quarta-feira, 17 de Abril de 1912. P. 4)

José da Costa pertencia ao setor de transporte de Santa Maria. Os setores de transporte no início do século XX, na cidade desenvolvia uma série de trabalhos específicos. A saber, os carroceiros transportavam desde terras nas carroças até o transporte de água para as casas e estabelecimentos, também existia o traslado de pessoas, que estavam vinculados aos boleiros e chauffeurs. José da Costa desenvolvia o trabalho de carroceiro, segundo a notícia do *Diário do Interior*. E ainda, a casa que ocorreu o conflito, era de Gustavo Vauthier⁶¹ Diretor-chefe da Viação Férrea.

⁶¹ Gustave Charles Vauthier, nasceu em Bruxelas, filho de Alfred Vauthier, prefeito da cidade de Bruxelas. # A obra que era pano de fundo da briga do capataz e carroceiro, aconteceu na frente da casa do Diretor da Viação Férrea, essa personagem foi fundamental para o desenvolvimento da via férrea em Santa Maria. Sendo o Diretor chefe da linha férrea – compagnie auxiliaire — que ligava Porto Alegre-Uruguaiana, ficando até o ano de 1911. # Além disso, Vauthier fez parte da equipe que pensou a Catedral da Igreja Católica, na Avenida Rio Branco, sendo o consultor técnico da obra. # Por fim, Gustavo Vauthier morre em Ponta Grossa, Paraná, ano de 1923.

2.3.1 Pedro Serra (Mallafre)

“Morador do domicílio do Sr. Pedro Serra”. O *Diário do Interior* relatava na notícia que José da Costa era residente da casa de Pedro Serra, na notícia constava como atribuição residir nesta residência. Ao que parece, além das atribuições de cor e trabalho, ainda havia colocações da situação de moradia do indivíduo, como forma de dizer que não era proprietário de casa própria, e sim, alugava uma moradia para residir podendo ser casa popular — cortiços, casebres. O Sr. Pedro Serra, que o jornal apresentava como proprietário da casa do carroceiro, apareceu na décima urbana de 1912 como Pedro Serra Mallafre, este possuidor de 26 casas de aluguel em Santa Maria, dessas 22 (vinte e duas) na rua Nova, outras 3 (três) na rua do Comércio e uma (1) na rua Ernesto Beck.⁶²

Brunhauser (2023), apresenta o acesso às moradias em Santa Maria,

A preocupação do Estado em fiscalizar prédios urbanos para criar padrões de habitar a cidade ou conduzir uma ordem urbanística, gerou fontes riquíssimas para o estudo das cidades. Em especial a Décima Urbana, criada no início do século XIX como o primeiro imposto predial do Brasil. Em linhas gerais, quem possuísse construções dentro dos limites urbanos de vilas e cidades estaria sujeito à fiscalização e cobrança da Décima. Seu valor era cobrado uma vez a cada semestre, e representava 10% no valor avaliado na locação/aluguel do imóvel.⁶³

Abaixo há um quadro construído por Felipe Farret Brunhauser, que está colocado somente parcialmente, evidenciando um dos rentistas — Pedro Serra Mallafre — de 1912, em Santa Maria.

Quadro 8 - Pedro Serra, Décima Urbana de 1912⁶⁴

Tomo	Pág	Ano	Rua/Praça	Nº reg.	Proprietário
41	26	1912	Ernesto Beck	916	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2085	Pedro Serra Mallafre

⁶² Extraído do quadro construído por Felipe Brunhauser Farret. Quadro construído por meio da Décima Urbana de 1912.

⁶³ BRUNHAUSER, 2023. p. 76

⁶⁴ Quadro extraído de quadro mais amplo feito por Felipe Brunhauser Farret.

41	59	1912	Rua Nova	2092	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2093	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2094	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2095	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2096	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2097	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2098	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2099	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2100	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2101	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2090	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2091	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2084	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2080	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2082	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2083	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2086	Pedro Serra Mallafre

41	59	1912	Rua Nova	2087	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2088	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2089	Pedro Serra Mallafre
41	59	1912	Rua Nova	2081	Pedro Serra Mallafre
41	8	1912	Comércio	269	Pedro Serra Mallafre
41	8	1912	Comércio	270	Pedro Serra Mallafre
41	8	1912	Comércio	271	Pedro Serra Mallafre

Em resumo, o conflito do carroceiro e capataz aconteceu em frente/dentro do pátio de Gustave Vauthier, diretor da viação férrea, mencionado anteriormente. Também, o carroceiro residia em casa popular, sendo inquilino do Sr. Pedro Serra, esta atribuição colocada pelo jornal. Por fim, há uma capilaridade desse conflito, em outras questões, a saber, a residência em que trabalhavam os dois operários, configura-se sendo de figura ilustre da cidade, com projeção social. E, a residência que um dos trabalhadores morava faz parte de um conjunto de casas para aluguel, sendo o dono, proprietário de outras 25 casas, segundo a Décima Urbana de 1912.⁶⁵

2.3.3 Carroceiro

José da Costa era carroceiro, segundo a notícia do jornal. Luiz Fernando Rodrigues (2021),

Carroceiros que, além de serem responsáveis pelo sistema de cargas, no abastecimento e escoamento das mercadorias, no comércio e nos fretes eram fundamentais para o abastecimento de água, coleta de lixo e excrementos fecais, fazendo parte de toda uma dinâmica em torno do saneamento da cidade. (2021, p.42)

Santa Maria se configurava como uma cidade que desenvolvia atividades do cotidiano por meio de transportes, este setor de trabalho foi fundamental para o funcionamento da urbe. A partir disso, pode-se compreender que José da Costa desempenhava um trabalho específico dentro da cidade de Santa Maria, provavelmente era figura conhecida na cidade.

Outrossim, as formas apresentadas de trabalho junto ao setor de transportes: boleiros, chauffeurs e carroceiros configuravam dentro dos transportes dimensões distintas, provavelmente, o status social nessa seguimento de classe era diferenciado. Embasado em Luiz Fernando Rodrigues (2021), coloca-se que os carroceiros eram compostos em maioria por nacionais, os estrangeiros eram em menor quantidade nesse setor.⁶⁶ Rodrigues (2021) diz que os boleiros também em número significativo eram não-brancos, trabalhavam com carregamento de pessoas com tração animal.⁶⁷ E por último, os chauffeurs que trabalhavam com automóveis,

⁶⁵ Quadro fichado por Felipe Farret Brunhauser.

⁶⁶ RODRIGUES, p, 64, 2021.

⁶⁷ RODRIGUES, p, 60, 2021.

em maioria, eram brancos, mesmo com isso, existiam negros no ofício, compondo um grupo que atende exclusivamente ou em maioria famílias ou indivíduos específicos diariamente.⁶⁸ Afinal, coloca-se essas distinções entre os trabalhos exercidos não apenas para analisar o perfil social dos trabalhadores como feito por Rodrigues, bem como, provavelmente, dentro desse segmento dos transportes há subdivisões nas questões de classe, recebendo atribuições que vem cheia de marcadores sociais.

2.4 Registro do Hospital

O HCSM apresentava uma série de informações no Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM), vale colocar que o Hospital estava sob a administração das Irmãs Franciscanas⁶⁹e, também, os cuidados aos enfermos estavam sob as mãos das religiosas.⁷⁰ Dito isso, embasado em Gabriela Rotilli dos Santos (2021), compreende-se que existia uma parceria entre os médicos da cidade que atendiam no Hospital e as Irmãs Franciscanas. A saber, as notícias do *Diário do Interior*, os doentes acabavam sendo encaminhados para o hospital e, os médicos realizavam os cuidados essenciais, cuidados referentes às cirurgias, amputações, avaliações médicos, corpo de delito e outros.⁷¹

Ao consultar o fichamento do LR HCSM encontra-se o personagem José da Costa. O Livro de Registro tem por finalidade registrar de forma descritiva toda a população que se encontra baixada para tratamento médico. Neste livro, apresentam-se os documentos referentes aos pacientes, estas requisições: número de página do livro, o ano, o mês, o dia, o nome, o gênero, a idade, a cor, o estado civil, a origem, a profissão e a doença/condição⁷².

⁶⁸ RODRIGUES, P, 59, 2021.

⁶⁹ Irmãs Franciscanas da Penitência, Caridade, Cristã (FPCC) presente até os dias atuais em Santa Maria.

⁷⁰ SANTOS, p. 67. 2021.

⁷¹ Esses cuidados podem ser vistos em notícias do Diário do Interior que colocam trabalhadores acidentados ou conflitados sendo atendidos por médicos e casos de corpo de delito feito por médicos. No capítulo seguinte, veremos que médicos atendem casos imediatos em situações de saúde. A partir disso, pode-se pensar que as irmãs ficavam com outros cuidados dos enfermos.

⁷² Informações extraídas do fichamento do Hospital. Feitos por Gabriela Rotilli dos Santos e outros pesquisadores.

No Livro de Registro, José da Costa apareceu com mais um sobrenome, sendo o nome completo deste indivíduo: José Penna da Costa. Para fins de simplificação, o carroceiro será tratado como José da Costa. É desta forma que estava citado na notícia do *Diário do Interior*. O carroceiro estava hospitalizado em decorrência de um ferimento no ventre, sendo atendido pelo Doutor Becker Pinto, médico desta cidade. O trabalhador deu entrada no Hospital para ficar baixado no dia 16 de Abril de 1912 e saindo curado no dia 7 de Maio de 1912. Também, estavam presentes nos dados do hospitalizado a classe e a raça, consta que José da Costa é pobre e de cor preta⁷³.

O Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM) e o *Diário do Interior*, periódico da cidade, quando cruzados mostram algumas informações fundamentais. Primeiramente, os dois documentos revelam que o trabalhador em questão é carroceiro, confirmando que pertence ao setor de transportes urbanos de Santa Maria. Como colocado anteriormente, os carroceiros desenvolvem função central na mobilidade da cidade e funcionamento dos serviços de coleta de resíduos fecais, transporte de água e pessoas, entre outros.

Rodrigues (2021) coloca acerca dos transporte urbanos em Santa Maria,

Entendemos a importância do sistema de carroças, que era responsável pelo transporte de mercadorias, de água e saneamento, pela coleta de lixo e cubas fecais, fazendo com que essa categoria dentro dos transportes fosse fundamental para o funcionamento da cidade. Os transportes de pessoas foram se modificando ao longo dos primeiros anos do século XX, fazendo com que os carros movidos à tração animal e os automóveis coexistissem, disputando espaço junto ao surgimento e efetivação do transporte urbano coletivo. (Rodrigues, 2021, p. 46)

Segundamente, o registro de hospitalização e a notícia do *Diário do Interior* constavam a classe e a raça do carroceiro José [Penna] da Costa, este indivíduo de cor de preta e classe pobre, bem como é jovem de 23 anos de idade. O registro do Hospital de Caridade confirma o processo de racialização que se coloca nas linhas matinais da notícia do *Diário do interior*, a diferença é que o jornal racializou qualificando o indivíduo, em contrapartida, o LR HCSM racializou descritivamente, a leitura que o redator faz deste trabalhador é a partir da cor.

⁷³ Informações extraídas do fichamento do Hospital. Feitos por Gabriela Rotilli dos Santos e outros pesquisadores.

Rosa (2004),

Via de regra, como se verá muitas vezes nas próximas páginas, cor e raça eram explicitadas em momentos de tensão: assassinatos, brigas entre vizinhos, desentendimentos em botecos, disputas por moradias em regiões urbanas empobrecidas. (Rosa, 2004, p. 24)

A notícia do conflito entre José da Costa e Avelino Perez era marcada pela constante afirmação de que o agressor era negro, e que o agredido era branco e casado, evidencia que a pessoa que foi agredida é chefe de família e trabalhador. O personagem José da Costa foi construído na reportagem como um indivíduo violento e animalizado. Os dois atores sofreram a racialização por parte do *Diário do Interior*, essa racialização ocorre de formas diferentes. Primeiramente, foi exposto que a violência fora feita por uma pessoa negra, existindo essa necessidade na reportagem de racializar⁷⁴ negativamente. José da Costa foi evidenciado de maneira violenta, a saber, “foi atacado pelo negro que vinha armado com um relho, como qual deu-lhe um laço terminando por bater-lhe com o cabo” e “aproveitando-se disso o negro para dar-lher muito com o cabo do relho pela cabeça que apresenta diversos ferimentos.”, esses dois marcadores condicionaram José da Costa como homem violento, veja que na notícia foi colocado ainda que “já certa idade, ia para casa tomar café”. Por isso, ao analisar percebe-se que existia a criminalização de corpos negros e também dos trabalhadores. José da Costa não estava apenas agredindo o capataz, e sim, um homem branco de certa idade, isso diz muito sobre como as visões do jornal enxergam José, e ainda, estava dito que o homem, branco, idoso ao cair no chão recebe relhadas com o cabo, esse condicionamento até faz parecer que Avelino não desferiu um tiro em José da Costa. Sobre isso, não há marcadores que colocam em evidência a idoneidade de Avelino, muito pelo contrário, a narrativa do jornal foi construída para validar o tiro que Avelino deu em José Penna da Costa.

Segundamente, o indivíduo Avelino Perez sofre a racialização de maneira positiva, visto que a notícia apresentava como casado e branco, também exercendo a função de capataz das obras e ainda tendo certa idade. Há o intuito de tornar

⁷⁴ Como todo o processo de formação de identidades, a raça foi construída a partir do estabelecimento de diferenças e oposições multilaterais, motivo pelo qual tomá-la como uma construção cultural constantemente sujeita à mudança, enquanto critério organizador das interações e identidades sociais, equivale a compreendê-la como processo e como relação. Eis o que neste estudo se compreende por racialização. (Rosa, 2014, p. 23)

Avelino um sujeito de boa índole. Afinal, a racialização acontece com os dois indivíduos de maneiras diferentes, o processo em relação ao José da Costa se utiliza de marcadores que remetem a condição de inferioridade, como preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra e trabalhando na condução de terras. Em contrapartida, os marcadores da racialização em relação ao branco se configuram de jeito positivo, alguém que por ser casado e branco está atrelado a condição de cidadania bem como possuir certa idade, mostra que este indivíduo estava em desvantagem em relação ao agressor. Sendo o agressor preto e solteiro [essa informação consta no LR HC5M], isso pode ser outro marcador de não ter boa índole José da Costa, não ser possuidor de família, não sendo um indivíduo respeitador.

Rosa (2019) explícita,

Por meio da análise de um contexto urbano no Brasil meridional, a hipótese que o presente estudo tentará demonstrar é a seguinte: eram os negros que tendiam a ser mais – muito mais – identificados pela cor do que os brancos, sobretudo durante o pós-abolição; simultaneamente, aqueles que tinham cor, por assim dizer, eram associados a adjetivos negativos, enquanto a pele branca (ainda que silenciada) recebia bons predicados. Caracterizou-se, assim, uma profunda disparidade no que dizia respeito aos padrões de referência à coloração epidérmica e seus significados. (Rosa, 2014, p. 19)

Havia a racialização dos dois indivíduos ao noticiar o conflito. Rosa (2014) apresenta que existe uma tendência maior de ocorrer com corpos pretos essa racialização, sendo os marcadores negativos do processo de racialização: preto, violento, morador de domicílio do Sr. Pedro Serra evidencia a condição de classe por meio do espaço de residência.

2.5 Conclusão do Capítulo

Ao analisar o caso de José da Costa e Avelino Perez neste capítulo, que estava noticiado pelo periódico *Diário do Interior*, seção 1912, Quarta-feira, no dia 17 de Abril de 1912, página 4, enxerga-se o processo de construção da racialização que o jornal realizava ao relatar o conflito entre os trabalhadores. A construção da história dos personagens apresentava perfis sociais desenvolvidos na sociedade imersa nas disputas de raça. A construção da raça era uma construção social que

passava por transformações positivas e negativas dentro da malha social que se insere, os grupos dominantes possuindo as ferramentas de poder direcionaram positiva ou negativamente as relações sociais. Monsma (2013) apresenta em ensaio,

A racialização – o processo de essencializar um grupo étnico - pode ser positiva ou negativa, ou talvez uma mistura dos dois. Geralmente grupos que racializam outros de maneira negativa também racializam a si mesmos de forma positiva. A distinção entre racialismo e racismo é útil precisamente porque a racialização nem sempre serve como justificativa para a dominação racial. O racialismo é a tendência de perceber qualidades intrínsecas e duradouros de um grupo de suposta origem comum, ao passo que as ideologias racistas são formas de racialismo que afirmam a superioridade de um grupo étnico sobre outra e justificam a dominação racial. A definição do racismo usado aqui, portanto, inclui dois elementos: a dominação étnica e uma ideologia que essencializa e categoriza negativamente o grupo subordinado, justificando sua subordinação. (Monsma, 2013,p. 6)

Ao observar o caso, percebe-se a estrutura que estava presente na construção dos indivíduos por meio do periódico, essa construção estava interligada aos processos macro da sociedade. A estrutura social que o jornal estava sendo construído por redatores, não se verificava ao acaso, aconteceu porque existia o proprietário que conduz o editorial do periódico. Para compreender essas relações do matutino, coloca-se as compreensões do conceito de lugar de fala, desenvolvido por Djamila Ribeiro⁷⁵, que evidencia que os indivíduos falam de algum lugar, esse lugar que o jornal estava falando e/ou escrevendo vem do ideário do proprietário. A partir disso, pode-se compreender que ao conduzir as notícias do jornal, o proprietário Alfredo Rodrigues da Costa, visto que pertencia a elite da cidade, direciona o jornal à perspectiva da elite.

Para ampliar os debates, buscou-se compreender os formatos que a Colonialidade do Poder estava presente dentro da sociedade, essas estruturas estavam afetando diretamente e indiretamente os indivíduos no cotidiano. O diálogo realizado com Aníbal Quijano acerca dos elementos da colonialidade, que estavam presentes no cotidiano, colocava o capitalismo na estrutura que estava em constante mudança e adaptação às realidades apresentadas entre esses trabalhadores. Também, a branquitude que criava privilégios sociais, esses privilégios feitos também por discursos presente no jornal e, constrói as dinâmicas sociais por

⁷⁵ RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

privilégios referentes a posição de trabalho, direito à terra e acesso à moradia e outros, espaço em postos de trabalho dentro da sociedade. Sendo que, o carroceiro ocupava um posto de trabalho inferiorizado dentro da urbe, amplamente um trabalho ocupado por indivíduos empobrecidos e, embasado em Rodrigues⁷⁶ com número expressivo de nacionais e pessoas pretas. E ainda, a racialização perpetrada por meio do periódico, em relação à população, visto no exemplo do carroceiro e capataz. O carroceiro e o capataz estavam sofrendo racialização por meio das visões do jornal *diário do interior*. Ao analisar o processo da racialização por meio do jornal percebe-se a linguagem como ferramenta de dominação, utiliza-se Fanon para evidenciar a forma que a língua é instrumento de subjugação. E por fim, coloca-se Monsma com o conceito de racialização, processo de distinguir o indivíduo pela cor de pele e, positivar ou negatizar de acordo com a raça. Também, utilizou-se Marcus Vinicius de Freitas Rosa, que mostra a racialização entre trabalhadores, brancos e negros em Porto Alegre, RS. No caso, o carroceiro recebeu do jornal elementos pejorativos, desde constar a cor do trabalhador, o posto de trabalho que ocupava, não ser possuidor de familiar, sendo solteiro e, atribuição de residir em moradia popular. É verificado que há racialização em relação a José da Costa e Avelino Perez, o primeiro recebendo adjetivos negativos e/ou inferiorização e o segundo, adjetivos positivos.

3º - Capítulo - Conflitos entre trabalhadores racializados em Santa Maria.

3.1 Considerações iniciais

Ao longo do trabalho buscou-se utilizar as três formas de fonte para conseguir ver o objeto de pesquisa nas relações do cotidiano. Quando possível, partes de *processos-crime* aparecem no desenvolvimento do caso, isto é, ocorre em situações que a judicialização do conflito aconteceu entre esses trabalhadores. Também, se existir a necessidade e/ou aparecer no Livro de Registro do Hospital de Caridade (LR HCSM) a internação do lastimado, coloca-se para realizar os cruzamentos com a fonte principal. Barbosa (2016) embasado em Nelson Werneck Sodré coloca que,

⁷⁶ RODRIGUES, 2021.

Além disso, de acordo com Sodré, os jornais tinham um papel central na política da Primeira República, de forma que os maiores jornais, e também muitos dos pequenos, faziam parte de um jogo de disputas políticas contínuo, não só no sentido da relação com o governo, mas no do poder exercido em diferentes instituições da sociedade civil. (2016. p. 48)

Embora possa não existir todos os casos que apareceram no *Diário do Interior* em *processos-crime* e/ou no LRHCSM é fundamental verificar essa possibilidade. Essas outras duas fontes podem apresentar informações que a notícia de jornal não estava colocando ao leitor, porque outros indivíduos controlavam esses outros espaços, o Livro de Registro do Hospital passava pelas Irmãs Franciscanas⁷⁷, há outra lógica de registro que estava sendo catalogada. Também, referente aos *processos-crimes* estavam passado por delegado, escrivães e ainda, o depoimento do indivíduo, existe uma seara de elementos que podem surgir por meio dessa pluralidade de informações.

E ainda, acerca dos jornais vale destacar que o jornalista que coletava as informações, não estava no espaço do ocorrido no momento, pegando as informações em outros espaços, posteriormente. Barbosa (2016), apresenta que,

Por mais que a figura do repórter de rua se valorizasse na época, não era esse o perfil do escritor dos textos na maior parte das vezes. Eram muitas notas todos os dias que a prática jornalística demandava, de fatos às vezes muito corriqueiros. Há de se entender porque o jornalista não estava necessariamente no local do crime e as notas eram apuradas provavelmente na própria delegacia, nos hospitais, no necrotério. (2016. p. 60)

Por conseguinte, busca-se analisar essas realidades e possibilidade de cruzamento dessas fontes e, a partir disso, ver se a racialização estava contemplada na realidade dos trabalhadores por meio dos jornais. E por fim, conseguir enxergar como a sociedade da época estava posta no cotidiano.

3.2 Anselmo Porto de Oliveira e Adão Marques Medina

Em uma casa de bilhar ocorre outro conflito na noite santamariense. Observe o caso de Anselmo Porto de Oliveira e Adão Marques Medina que estavam no

⁷⁷ Anteriormente já dito que as Irmãs Franciscanas administravam o Hospital.

estabelecimento comercial do Senhor Amaro Fernandes, na rua do Comércio. Provavelmente, os dois contendores eram conhecidos, não somente porque se desentenderam no estabelecimento comercial bem como porque possuem a mesma profissão — marceneiros. E novamente diante de uma situação de tensão entre trabalhadores a racialização acontece,

Anselmo Porto de Oliveira, um dos desordeiro que ali promoveu o conflito é um pardo, tem 27 anos de idade, de profissão marceneiro, solteiro e residente a já tempo nesta cidade. [...] Adão Marques Medina, o principal provocador, e branco, alto, natural de Porto Alegre, também de profissão marceneiro, tem 27 anos de idade, é casado e também reside a algum tempo. (Diário do Interior, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4)

Os marceneiros que estavam na casa de comércio acabaram sendo racializados pelo *Diário do Interior*. Ao observar a notícia, pode-se verificar um padrão de informações a respeito dos trabalhadores, a profissão que exerciam era específica dentro da comunidade, provavelmente, esses dois indivíduos eram conhecidos e/ou até poderiam dividir o mesmo espaço de trabalho. Também é colocado que os marceneiros residem determinado tempo na cidade, possivelmente, não eram nascidos em Santa Maria. A respeito disso, sabe-se que Adão Marques Medina era natural de Porto Alegre, capital do estado. Já sobre Anselmo Porto de Oliveira a notícia não coloca que localidade/cidade pertence. Segundo o periódico, os dois possuem a mesma idade de 27 anos.

Além disso, como colocado anteriormente, diante da situação de conflito entre trabalhadores, aconteceu o processo de racialização e, junto disso, esses trabalhadores estavam em local de comércio, não ficando lúcido se a casa comercial era um bar ou armazém. É fundamental compreender que essas racializações mediante contenda não estavam acontecendo apenas em Santa Maria, Rosa (2019) coloca que em Porto Alegre existem situações de conflitos, não necessariamente em bares ou armazéns, que acabavam remetendo atribuições de desordeiro para pessoas de cor preta ou parda, “nos fundos de uma casa minha [...] tenho 2 casebres ocupados por uma pretas há mais de um ano.”⁷⁸ e “além de não me pagarem um só mês de aluguel, fazem uma desordem infernal à noite, incomodando toda a vizinhança.”⁷⁹ havia um processo de taxar indivíduos pretos ou pardos como

⁷⁸ ROSA, 2019. p. 188

⁷⁹ ROSA, 2019. p. 188

desordeiros, visto que apresentam resquícios da escravidão no tom da pele, Rosa (2019) apresenta que,

Analisando a África em contextos emancipatórios, Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebeca Scott chamaram a atenção para a recorrente interpretação de que os africanos e seus descendentes fora da África eram preguiçosos e desordeiros, incapazes de aspirar à racionalidade econômica, motivo pelo qual passaram a ser considerados como exceção às regras universais de comportamentos econômico. (2019, p. 59.)

A atribuição que Anselmo Porto de Oliveira recebeu na notícia estava com marcadores que ligavam aos tempos do cativo e/ou demonstravam que existia uma origem/passado que estava ligado a escravidão, mesmo que indiretamente. Embasado em Rosa (2019), compreende-se que essas atribuições, desde “preocupações” com a propriedade privada, alcoolismo, sexualidade, baderna e confusão estavam colocadas nas pessoas pretas e pardas, sendo de caráter negativo para essa população. Anselmo na notícia estava sendo racializado de forma negativa, visto como desordeiro, o jornal explicita “um dos desordeiro que ali promoveu o conflito é um pardo”⁸⁰. Por isso, ao receber essa atribuição de desordeiro pode-se ver a formação pejorativa da narrativa, junto disso, a racialização de pardo. Outrossim, Adão Marques Medina estava racializado, no caso como branco, os adjetivos tornam essa pessoa com características negativas. O jornal explica que “o principal provocador, e branco, alto, natural de Porto Alegre.”⁸¹, colocações que mostram que Adão Marques Medina também recebeu atribuição negativa.

Por conseguinte, havia uma linha de escrita na notícia, que remete ao pensamento social desenvolvido no Pós-abolição, que os sujeitos se diferem pela epiderme. Aqueles que se aproximam da mácula da escravização por meio do tom de pele recebiam atribuições de inferiorização, em contrapartida, os que eram reconhecidos como brancos recebiam em certa medida proeminência. Neste caso, como visto acima, os dois indivíduos estavam sendo racializados, Anselmo com pardo e desordeiro, e Adão sendo branco, em relação a Adão a notícia apresentava como provocador. Os dois homens estavam recebendo atribuições negativas.

⁸⁰ Diário do Interior, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4

⁸¹ Diário do Interior, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4

3.2.1 Livro de Registro

Na notícia do *Diário do Interior*, não consta que os marceneiros tenham desferidos golpes de adaga ou revólver⁸² no conflito, apenas estava relatado que estavam armados. Também, não havia registro que os marceneiros tenham sido levados ao Hospital de Caridade para atendimentos por conta de ferimentos a bala ou de arma branca. É apenas dito que a adaga estava em posse da polícia, o jornal apresenta que “a adaga de Adão está na polícia e o revólver de Anselmo não foi encontrado”⁸³

Com isso, ao investigar no Livro de Registro do Hospital de Caridade (LR HCSM) para ver se existia baixa de Anselmo Porto e/ou Adão Marques, no hospital, no dia 27 de março de 1912, descobriu-se que não possui registro da passagem dos marceneiros pelo lazareto.⁸⁴ Por fim, pode-se concluir que não houve feridos nesse conflito ou não existem ferimentos graves para que fossem levados ao hospital para internação e/ou curativos.

3.2.2 Processos-crimes

A notícia do *Diário do Interior* relatava que os indivíduos foram presos pelo Coronel Pimenta, autoridade da municipalidade de Santa Maria, segundo o jornal. O relato do periódico consiste,

Do local em que foram os criminosos presos pelo Coronel Pimenta até a cadeia. Adão foi sempre recalcitrando e olhando seguido para o revólver daquela autoridade que observando as intenções do preso viu-se obrigado a levar a arma na mão apontando-a para o criminoso. O ato do Coronel Pimenta perseguindo tenazmente e prendendo os desordeiros foi geralmente aplaudido por todos que julgavam que estes se escapam. Contra os criminosos já foi iniciado o respectivo processo. (*Diário do Interior*, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4)

⁸² *Diário do Interior*, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4

⁸³ *Diário do Interior*, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4

⁸⁴ Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM) no fichamento total dos registros do Hospital. Fichamento feito por Gabriella Rotilli dos Santos e outros (as) pesquisadores (as).

Segundo a notícia, aconteceu abertura inicial de processo contra os dois marceneiros, que foram presos, portanto levados à cadeia. É fundamental verificar por meio de *processos-crimes* se ocorreu a judicialização do conflito e, ainda, por existir indícios no jornal de que pode ter ocorrido. O relator da notícia poderia simplesmente adicionar ao ocorrido essa possibilidade para tornar a reportagem mais atrativa ao leitor, deixando a notícia quase que em formato de pequenas novelas. Chalhoub (1986), alerta em “Trabalho, Lar e Botequim” a importância de colocar em evidência o relato novelesco do jornal e, para isso, a importância de ir aos arquivos judicializados. Barbosa (2016), coloca uma dimensão da notícia que vai ao encontro de Chalhoub,

Por mais que a figura do repórter de rua se valorizasse na época, não era esse o perfil do escritor dos textos na maior parte das vezes. Eram muitas notas todos os dias que a prática jornalística demandava, de fatos às vezes muito corriqueiros. Há de se entender porque o jornalista não estava necessariamente no local do crime e as notas eram apuradas provavelmente na própria delegacia, nos hospitais, no necrotério. (Barbosa, 2016. p. 60)

Ao buscar o possível *processo-crime* no AHMSM digitalizado, não foi possível encontrar referência à judicialização de Anselmo Porto de Oliveira e Adão Marques Medina. Não se pode confirmar qual o grau desta possível prisão dos dois indivíduos.

Por conseguinte, pode-se concluir deste caso, que não ocorreu passagem pelo Hospital de Caridade dos marceneiros, a própria notícia não nos colocava que ocorreram ferimentos e, ao consulta o LR HCSM verificou-se que não houve baixa para atendimento. Além disso, a notícia apresentava que os marceneiros foram presos pelo Coronel Pimenta, acabaram sendo detidos e levados à prisão, ao consultar a possibilidade da judicialização, não se encontrou o *processo-crime* de Anselmo Porto de Oliveira e Adão Marques Medina. Provavelmente, os marceneiros acabaram “dormindo” na prisão e, no outro dia, foram liberados. Por fim, pode-se enxergar que existe um processo de racialização nas visões da notícia, os dois marceneiros estavam sendo racializados, sendo, Anselmo referido de forma mais pejorativa, recebendo atribuições além da raça para diferenciação. A saber, coloca esses dois homens em condições de diferença, o primeiro que era pardo, o jornal

explicita que “Anselmo Porto de Oliveira, um dos desordeiros que ali promoveu o conflito é um pardo”. O segundo, Adão Medina, que é branco, a notícia apresentava que era “o principal provocador, e branco, alto, natural de Porto Alegre.” Por fim, essas atribuições demonstravam que havia racialização pejorativa ao Anselmo e, uma construção negativa em relação ao Adão, mesmo sendo um indivíduo de cor branca. No caso, os dois estavam sendo racializados e recebendo atribuições “desordeiro” e “provocador”, estava explícita a diferenciação que as visões, percepções das notícias apresentavam acerca da população em Santa Maria. Afinal, esse caso mostra que eventualmente uma pessoa racializada como branca poderia também receber atribuição pejorativa da mesma forma que o indivíduo racializado como pardo.

3.3 Bráulio Campos Odorico e João Manoel

Analisa-se o caso dos operários da fábrica de telhas de cimentos de propriedade dos Srs. Corrêa e Koeba, que se desentenderam durante o trabalho. A fábrica de telhas de cimento se localizava na rua Venâncio Aires. Os dois operários de nome Bráulio Campos Odorico e João Manoel possuíam uma dívida em valores altos de 7000 réis. Bráulio era de nacionalidade uruguaia e João era brasileiro. E novamente, a situação de conflito entre trabalhadores, que provavelmente estavam em condições de pobreza, a raça como fator de diferenciação ficava evidente na notícia,

Aquela hora achavam-se trabalhando nas oficinas da dita fábrica diversos operários entre os quais os de nome Braulio Campos Odorico, de nacionalidade uruguaia, pardo de 38 anos de idade, solteiro e João Manoel, brasileiro, pardo, 22 anos. (Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1)

O desfecho dessa desavença ocorreu no Hospital de Caridade e Intendência Municipal. João Manoel com ferimentos graves na cabeça, depois de atendido se recolheu para casa. E Bráulio foi à Intendência apresentar-se ao Coronel Pimenta do Carmo, Delegado de Polícia. Ao ler o relato, pode-se visualizar as visões do *Diário Interior* em relação aos trabalhadores, elementos que demonstravam diferenciação.

A saber, João Manoel era chamado pela notícia de “pardo, 22 anos”⁸⁵ estava acontecendo a racialização de forma negativa. Também, Braúlio Odorico fora apresentado na notícia enquanto “pardo de 38 anos de idade”⁸⁶ sendo racializado pelas visões do jornal. Por fim, busca-se ver se ocorre em outros espaços a racialização com João Manoel que estava ferido e a possível judicialização com Braúlio Odorico.

3.3.1 Livro de Registro

O Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSCM) localizava entre os pacientes baixados o personagem João Manoel. No registro do Hospital de Caridade, João Manoel aparece com sobrenome: João Manoel Silveira. Para fins de simplificação utiliza-se o nome João Manoel. O ferido constava estar hospitalizado desde o dia 29 de Março de 1912. A notícia saiu no dia 28 de Março de 1912. A rusga entre os trabalhadores tendo ocorrido no dia 27 de Março de 1912. Provavelmente, quando registraram João Manoel entre os pacientes hospitalizados, já estava no lazareto há 2 ou 3 dias. O *Diário do Interior* coloca outras coisas na notícia,

Braulio dirigiu-se a João Manoel e disse-lhe: você tira a chapa daqui que eu preciso lavar esta mesa. Ao que respondeu: o que é que você disse? Mal terminou esta frase quando foi agredido por Braulio que, tomando de uma barra de ferro, chata, de 80 centímetros de comprimento por 6 de largura e 3 de espessura, que se achava a mão, vibrou-lhe forte pancada sobre o peito, dando esta quinta com a qual prostrou por terra o seu colega, partindo-lhe a cabeça. João Manoel que cairá no centro da oficina, banhado em sangue, ficou também com grande sinal no peito da primeira pancada que recebera. (Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1)

O *Diário do Interior* colocava que João Manoel era de cor parda. Já o registro do Hospital expõe que o trabalhador era de cor indiática. Não fica claro o que seria essa cor indiática, não há como saber se era outra forma de fazer referências aos pardos ou referente a indígenas não aldeados ou termo semelhante a caboclo. Sobre essa terminologia indiática é inconclusivo, é necessário fazer mais leituras. Ademais, percebe-se que o Hospital apresentava visões acerca da população, tanto

⁸⁵ Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1

⁸⁶ Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1

que racializa João Manoel de maneira diferente do *Diário do Interior*. Fora declarado pelo LR HCSM que era indiatóico, isto evidencia que as religiosas que estavam declarando a cor faziam distinção dos pacientes.

O registro do Hospital de Caridade não informa em que momento o paciente deixa o hospital. E não evidencia a situação do paciente: curado ou não. Não se sabe por meio do Hospital quando saiu e se saiu do lazareto. Indo ao encontro com estas informações acerca da saída ou não do paciente, o periódico apresentava na notícia que João Manoel volta para casa, passado os curativos. Essa informação não é consistente. Além disso, quando se consulta a notícia do periódico, o redator apresenta que João Manoel estava sendo atendido pelo médico Doutor Pinto Becker e o enfermeiro Carlos Lackmann, agentes de saúde que realizaram os curativos. Como dito anteriormente, o trabalhador consta no registro do hospital 2 ou 3 dias depois do ocorrido, logo não se pode afirmar que passado os curativos regressou para casa, esse processo dos curativos pode ter durado entre 2 ou 3 dias ou até mesmo pode ter ocorrido o retorno do paciente ao hospital 2 ou 3 dias depois dos primeiros curativos. Aconteceu uma janela de tempo entre os curativos recebidos do médico e do enfermeiro até ser informado que o paciente estava baixado no Caridade.

Por fim, o registro acerca da cor de João Manoel ao divergir entre o LR HCSM e o *Diário do Interior*, não se sabe se a cor era autodeclarada ou era atribuída por quem fazia o registro na portaria do Hospital, mesmo que seja descritivo o modelo de registro do Caridade, por existir uma diferença entre as visões do jornal e Hospital, pode-se perceber que as Religiosas Franciscanas que anotaram sobre os pacientes realizavam a racialização, portanto, fazendo distinção entre pacientes.

3.3.2 Processos-crimes

Ao que constava na notícia João Manoel ficou muito lastimado em virtude das pancadas que recebeu do colega de trabalho. O conflito entre os operários da fábrica de telhas ocorreu por questões que estavam além do trabalho. Essa desavença não se dá necessariamente pelo trabalho, os fatores da contenda configuram-se como externos. O redator do *Diário do Interior* coloca a motivação central do conflito,

João Manoel e Braulio Campos já a cerca de um mês que não se davam. Motivou essa desavença como conta de 7000 mil réis existente entre eles. (Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1)

Havia uma dívida entre os operários. Não estava claro na notícia qual dos dois era devedor. Provavelmente, o devedor possa ser João Manoel — o agredido.

A contenda entre Bráulio Campos e João Manoel apresentava judicialização no Juízo Districtal do Crime e Cível de Santa Maria, portanto ao chegarem ao Coronel Pimenta do Carmo desenrola o processual entre os operários. Primeiramente, o Delegado de Polícia Coronel Pimenta do Carmo expediu o auto de corpo de delito para João Manoel. Foi colocado como perito do caso o Doutor Becker Pinto, que realizou o corpo de delito no dia 28 de Março de 1912, às 09 horas no Hospital de Caridade. A expedição do documento ocorreu no dia 27 de Março de 1912. O referido documento acusava que João Manoel foi ferido no dia anterior. O documento assinado pelo Delegado de Polícia coloca,

Para fazer-se o exame na pessoa de João Manoel ferido hoje, notificou-se o Dr. Nicola Becker Pinto, perito, afim de comparecer no Hospital de Caridade, às 09 horas da manhã bem como [ilegível] duas testemunhas para o mesmo [ilegível] [ilegível] O que [ilegível] - se. [ilegível] Pimenta do Carmo, Delegado de Polícia. processo crime 38, p, 4. 27/03/1912

No referido dia, o Dr. Becker Pinto cedo pela manhã passou no Hospital de Caridade para ver João Manoel, não somente ele como também duas testemunhas do ocorrido. Os cidadãos que testemunharam o auto de corpo de delito chamavam-se Gaspar Corrêa e João Baptista. O auto de corpo de delito assinado pelo Dr. Becker Pinto, Delegado de Polícia e Testemunhas,

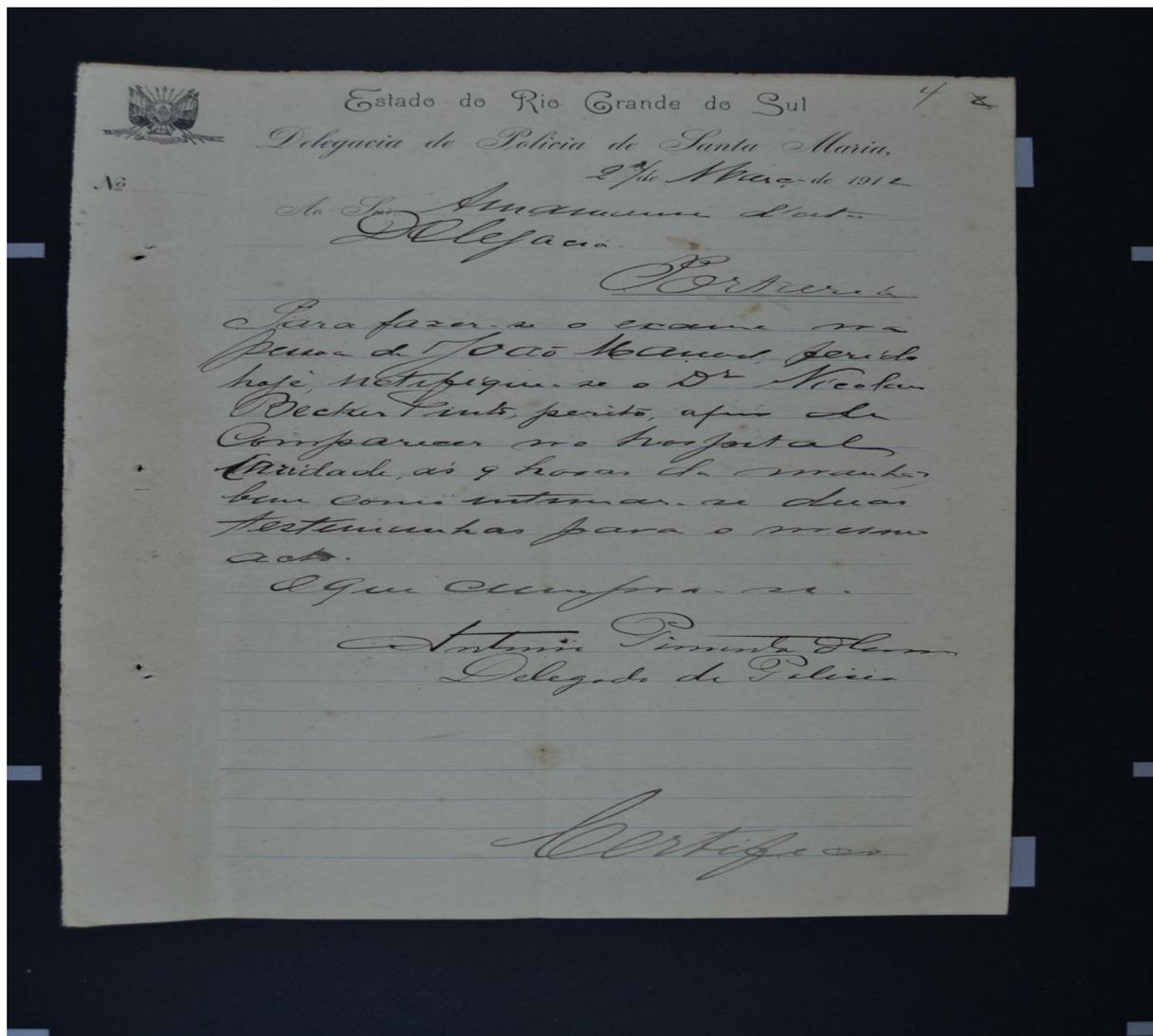
O Dr. Nicola Becker Pinto, profissional morador nesta cidade e as testemunhas Gaspar Corrêa [inelegível] e João Baptista [inelegível] moradores desta cidade.⁸⁷ processo crime 38, p, 4. 27/03/1912

Este era o cenário que se avizinhou no dia 27 de Março de 1912 em relação à figura de João Manoel. Abaixo apresento a Expedição do Corpo de Delito,

⁸⁷ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, processo-crime 38, p. 4, 27/03/1912.

documento importante, comprovando que João Manoel foi ferido na contenda com Bráulio Campos.

Figura 1 - Expedição do Corpo de Delito de João Manoel.⁸⁸



Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, processo crime 38, p. 4. 27/03/1912.

⁸⁸ Transcrição da expedição do Corpo de Delito.

“Estado do Rio Grande do Sul

Delegacia de Polícia de Santa Maria, 27 de Março de 1912.

Nº.....

Ao Sr. [illegível] desta delegacia

Portaria

Para fazer-se o exame na pessoa de João Manoel ferido hoje notifique-se o Dr. Nicolau Becker Pinto, perito, afim de comparecer no Hospital Caridade, as 9 horas da manhã bem como intima-se duas testemunhas para o mesmo a [illegível]. O que cumpra-se.

[illegível] Pimenta D. Carmo

Delegado de Polícia”

Em resumo, apresentado o Auto de Corpo de Delito confirma-se a judicialização do caso, João Manoel estava ferido de forma grave, já dito pelo *Diário do Interior*, as informações estavam conectadas. Ademais, ao observar Ata do Processo de João Manoel e Bráulio Campos, pode-se ver como finda a contenda dos dois personagens, recorro que no Capítulo 1 apresentou-se a figura de Alfredo Rodrigues da Costa, proprietário do *Diário do Interior*, que estava no Conselho de Sentença do julgamento de Bráulio Campos Odorico e João Manoel, não sendo algo incomum a elite do município fazer parte do órgão. Outrossim, depois de verificar não apareceu racialização por parte das autoridades de Estado, por exemplo, delegado, escrivão, juiz e outros, e, ao ler o relato das duas testemunhas, não apareceu elas racializando João Manoel, observando que existiu judicialização, e isto, estava acontecendo com os personagens. Para finalizar, ver a decisão do Conselho de Sentença referente ao caso, sendo Bráulio Odorico absolvido pelo Conselho de Sentença.

Por conseguinte, acerca do caso que saiu como notícia no *Diário do Interior*, referente ao conflito entre João Manoel e Bráulio Campos Odorico, dois pardos, visualiza-se que existiu racialização em relação aos trabalhadores. E que João Manoel recebeu atribuições de aspecto pejorativo, o jornal explicita que “João Manoel, brasileiro, pardo.”⁸⁹, junto disso, pode-se enxergar que na ficha do Hospital estava registrado que João Manoel era um homem indiático. O LR HCSM realizando de forma descritiva e também, fazendo diferenciações de cor entre a população, mostrava a diferença no trato dos pacientes. A racialização diferente de João Manoel — Hospital e Jornal — evidencia que os hospitalizados não se autodeclaravam, essa atribuição era colocada pela religiosa que observava o paciente. O *Diário do Interior* também apresentava as visões por meio de notícias acerca da população e Hospital também tinha uma perspectiva racial das pessoas. Mesmo que diferente, os dois espaços estavam racializando a população. Outrossim, Bráulio Campos também foi racializado, o jornal apresentava que “Bráulio Campos Odorico, pardo de 38 anos de idade”⁹⁰ Por fim, o conflito entre esses trabalhadores ocorreu no local de trabalho, em decorrência de suposta dívida que, provavelmente, João Manoel tinha com

⁸⁹ Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1

⁹⁰ Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1

Bráulio Campos, ficando absolvido da contenda com João Manoel. E, evidenciando que haviam visões racializadoras do jornal *Diário do Interior*.

3.4 Horácio Dagosto e Rubens Pinto

As ruas, praças muitas vezes se tornavam um *bang bang* na depressão central. Perseguição de um homem armado que se iniciou na rua do Comércio e terminou na rua do Acampamento, sendo deflagrado seis tiros. No conflito, os personagens Horácio D`agosto e Rubens Pinto, os dois trabalhadores da cidade de Santa Maria. O primeiro era cambista na Praça Saldanha Marinho e o segundo cocheiro do médico Astrogildo de Azevedo. Veja como o *Diário do Interior* mais uma vez evidencia nessa situação de conflito a cor,

Os protagonistas deste foram os indivíduos Horácio Dagosto, cambista desta praça, com 20 anos de idade, branco, e Rubens Pinto, com 17 de idade, preto, empregado com cocheiro do Dr. Astrogildo de Azevedo. Aquela hora seguia Rubens pela Praça Saldanha Marinho, quando um pequeno dirigindo-se a Horácio, disse-lhe um gracejo, que ele não gostou. Atribuindo, talvez, que fosse o menor mandado por Pinto, Horácio, investindo contra aquele, pediu uma satisfação, resultado desta, travaram luta corporal. Horácio, não satisfeito, devido ter apanhado umas bofetadas, foi a sua casa e armou-se vindo em seguida ter com Rubens, na rua do comércio perseguindo o até a rua do Acampamento, onde alvejou à distância, quando Rubens passava na frente da casa do Dr. Becker Pinto. Horácio Dagosto desfechou seis tiros em seu contendor, um dos quais foi atingido na coxa esquerda, produzindo um ferimento de natureza grave. O criminoso quando disparava, foi preso e levado ao xadrez, Rubens levado em carro ao Hospital de Caridade, onde se acha em tratamento. A calçada defronte ao Dr. Becker Pinto ficou toda salpicada de sangue, tendo sido preciso lavá-la. Ao local do fato afluiu muito povo.⁹¹

A notícia acerca do conflito entre o cambista e o cocheiro estava racializando os dois personagens. Dito isso, Rubens Pinto foi apresentado como de cor preta e Horácio D`agosto sendo de cor branca, as visões do jornal deixam explícito que “Horácio Dagosto, cambista desta praça [...] branco.” e “Rubens Pinto, com 17 de idade, preto.”. Existem outros elementos neste caso que mostram as diferenças entre os indivíduos, sem dúvidas a epiderme era vista como um fator de

⁹¹ Diário do Interior, 13 de Fevereiro de 1913. P. 2

diferenciação entre pessoas pelas visões do *Diário do Interior*: redatores, editores, repórteres.

Neste relato, podemos ver que Rubens Pinto era empregado do Doutor Astrogildo de Azevedo, que era um dos médicos de Santa Maria. Ao observar o descritivo do LR HCSM vemos que Rubens foi atendido por Astrogildo, portanto sendo atendido pelo próprio patrão. Santos (2021) coloca que,

Astrogildo de Azevedo, as do primeiro referentes à sua presença no Serviço de Assistência Pública de Porto Alegre⁹², assim como as relações de ambos com o Partido Republicano Rio-Grandense, com a gestão municipal, com a administração da ferrovia e com os demais membros da elites locais determinaram a inauguração da instituição em 1903.⁹³

Ao observar o extrato, podemos visualizar que Astrogildo de Azevedo foi uma figura da elite da cidade de Santa Maria. Por fim, o menor Rubens Pinto por ser trabalhador de Azevedo, provavelmente, desenvolvia outras funções no cotidiano para o médico. Rodrigues (2023), ao estudar esse caso por meio de processos-crimes coloca que, Rubens Pinto foi chamado por Antônio Martins de “crioulo boleiro do Doutor Astrogildo”⁹⁴, e ainda, apresentava um relato de outra testemunha, colocando que o cocheiro “residia ao lado da casa do doutor Astrogildo de Azevedo”.⁹⁵ Por fim, ao longo do texto vamos esses elementos e o desenrolar das questões, seja a profissão, a relação com o Astrogildo, a judicialização e LR HCSM.

3.4.1 Cocheiro/Boleiro

“Rubens Pinto, com 17 [anos] de idade, preto, empregado como cocheiro do Dr. Astrogildo de Azevedo”⁹⁶, a profissão de cocheiro faz parte do setor fundamental para cidade, o setor de transportes. Embasado em Rodrigues (2021)⁹⁷, os cocheiros desenvolviam um trabalho essencial na municipalidade, esse ofício poderia ser

⁹² Ibid.p. 303.

⁹³ SANTOS, 2021. P. 57

⁹⁴RODRIGUES, 2023. P. 3. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Artigo inédito. Revista AEDOS.

⁹⁵ RODRIGUES, 2023. P. 3. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Artigo inédito. Revista AEDOS.

⁹⁶ Diário do Interior, 13 de Fevereiro de 1913. P. 2

⁹⁷ RODRIGUES, 2021. p. 48

chamado de boleiro, profissional que trabalha carregando a domicílio, exclusivo de uma casa de família, a casa em questão do Astrogildo de Azevedo.

Rodrigues (2021) apresenta os boleiros,

Outra modalidade de trabalhadores dentro do setor dos transportes, que são os boleiros. Sabemos que eles eram encarregados pelo transporte de pessoas por meio de veículos de tração animal. Identificamos esses trabalhadores também pela designação de “cocheiros”, todavia utilizaremos o termo boleiro, pois é o que está representado nas fontes. (Rodrigues, 2021. p. 51)

Os boleiros ou cocheiros desenvolviam um trabalho voltado ao carregamento de pessoas em veículos com tração animal, também, poderiam atender às chamadas casas de família, essa personagem exerce uma função de condução do transporte particular de uma figura de elite da cidade de Santa Maria — Dr. Astrogildo de Azevedo. Provavelmente, Rubens Pinto era muito conhecido na cidade, já que carregava Azevedo pela cidade e utensílios para o médico, essa figura por circular pelo espaço urbano poderia já ter entrado em brigas com o cambista.

3.4.2 Livro de Registro

A notícia no *Diário do Interior* narra que Rubens Pinto sofreu atentado a tiros de Horácio D`agosto, esse deferiu 6 tiros no cocheiro, por desentendimento na praça em referência a Horácio achar que Rubens tinha mandando um pequeno lhe dizer “gracejos”, que não agradou o cambista. No Livro de Registro, constava que o cocheiro ingressou no Hospital e, ficando baixado para cuidados em decorrência da situação grave que o mesmo se encontrava, segundo o relato do jornal. Relato do jornal,

Horácio Dagosto desfechou seis tiros em seu contendor, um dos quais foi atingido na coxa esquerda, produzindo um ferimento de natureza grave.⁹⁸

⁹⁸ Diário do Interior, 13 de Fevereiro de 1913. P. 2

No Livro de registro, aparecem informações fundamentais para compreender essa personagem, o indivíduo foi internado no dia 12 de fevereiro de 1913 no Hospital de caridade e, a notícia só saiu nas manchetes no dia seguinte, provavelmente, porque o ocorrido não aconteceu a tempo de sair na mesma folha do dia anterior. Também foi colocado que Rubens era menor de idade na notícia, a idade que aparecia no jornal e no Livro de Registro era a mesma, o cocheiro tinha 17 anos. E era de cor preta.

Imagem - extraída do Livro de Registro.

_90	1913	Fevereiro 12	Ruben Pinto	H	17	Preta	Solteiro	Deste Est. coxeiro	Santa Maria	ferimento Dr. Astrog Pobre	1913	Março	20
-----	------	--------------	-------------	---	----	-------	----------	--------------------	-------------	----------------------------	------	-------	----

Fonte: Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM).

Acerca de Rubens, aparece com a grafia diferente no registro do Hospital, sendo Ruben. Para fins de trabalho, usa-se Rubens, a forma que estava na notícia. Além disso, as informações do Livro de Registro se encontravam com as da notícia, havia uma narrativa novelesca na notícia em partes, não estava dito no Registro a quantidade de tiros que o cocheiro levou e/ou os locais pelo corpo que foram acertados. Isto foi obra do relato de jornal ao colocar os locais dos ferimentos, “um dos quais foi atingido na coxa esquerda, produzindo um ferimento de natureza grave.”⁹⁹, não se confirma a quantidade de tiros e os locais a partir do Registro do Hospital.

Como dito, o Registro do Hospital apresentava que Rubens Pinto era um homem de cor preta, essa informação vai ao encontro do que estava relatado no jornal. Os dois espaços de informações racializavam as pessoas, sem dúvidas os processos diferem, no Registro a racialização ocorria em forma de informações do paciente, mais descritivo o LR HCSM ao mesmo tempo que compreende-se que existem visões de racialização no LR HCSM, que eram escritos por religiosas da administração do Hospital, não fica claro se de forma pejorativa ou não, existem outras informações que evidenciam o lugar social. A saber, o registro colocava que o

⁹⁹ Diário do Interior, 13 de Fevereiro de 1913. P. 2

cocheiro era pobre, e isso demonstra que a profissão que exercia era mais expressiva aos indivíduos com baixa aquisição.

Por fim, o Registro confirma que aconteceu o ferimento à bala, sendo atendido pelo Dr. Astrogildo de Azevedo, o próprio patrão para quem ele exercia o ofício de cocheiro. Rubens Pinto ficou no Hospital até o dia 20 de Março de 1913, acabou não curado dos ferimentos e veio a óbito. Não constava a forma de sepultamento de Rubens Pinto.¹⁰⁰

3.4.3 Menores

O *Diário do Interior* relatava que Rubens Pinto¹⁰¹ era menor de idade. Além de trabalhar para Astrogildo de Azevedo como cocheiro e, provavelmente, exercer outras funções junto ao patrão, o indivíduo não estava em idade adulta. Embasado em Felipe Farret Brunhauser (2020), existia um código penal que apontava em que momento as pessoas tornavam-se adultas e plenamente imputáveis legalmente, esse Código Penal de 1890, que estava valendo ao período da Primeira República. Brunhauser (2020) diz, “segundo o Código, “menores” eram todos os(as) cidadãos(ãs) menores de 21 anos.”¹⁰², e coloca, que menores de 21 anos não necessariamente eram vistos como jovens ou crianças. Rubens Pinto como sabemos tinha 17 anos e era trabalhador e menor de idade, sendo que “do ponto de vista do trabalho, o ingresso de meninos e meninas em uma profissão ocorria muito antes de tal idade.”¹⁰³

Outrossim, embasado em Rodrigues (2023) podemos ver que Rubens Pinto trabalhava desde a infância na casa do Doutor Astrogildo de Azevedo, os familiares de Rubens residiam ao lado da casa do Astrogildo, em espaço reservado aos empregados da casa.¹⁰⁴ O jovem boleiro passou pelo Hospital de Caridade duas

¹⁰⁰ Informações retiradas do fichamento no Excel realizado pela historiadora Gabriela Rotilli e outros pesquisadores.

¹⁰¹ Mais informações consultar o Artigo de RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023.

¹⁰² Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº19, vol. 2, jan/jun 2020, p. 30-56

¹⁰³ Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº19, vol. 2, jan/jun 2020, p. 30-56

¹⁰⁴ RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023, p. 4

outras vezes, antes desta do ferimento à bala, com idade inferior aos 17 anos, a primeira vez com 7 anos e depois aos 16 anos de idade. É dito que o jovem exercia que a “profissão era “copeiro””¹⁰⁵. Rodrigues (2023) coloca,

O boleiro Rubens Pinto, desde muito cedo, atuava como trabalhador doméstico e trabalhava provavelmente para Astrogildo de Azevedo. Esse argumento é sustentado pelas testemunhas do processo criminal que ressaltam que o boleiro estava “levando uma bandeja de doces para a Casa Comercial Caiffo, a pedido de Astrogildo”, ou seja, mesmo sendo boleiro/cocheiro, Rubens desenvolvia atividades domésticas que não diziam respeito propriamente ao trabalho como condutor.

Por conseguinte, Rubens Pinto exercia funções de trabalho, junto a família de Astrogildo de Azevedo, desde a tenra infância. Também, podemos observar os resquícios da escravização que Rubens Pinto estava passando, não só ao trabalhar desde criança bem como morar ao lado da casa de Astrogildo de Azevedo. Rodrigues (2023) diz que o jovem cocheiro estava no emaranhado de relações “de rupturas e continuidades ligadas ao recente período escravista.”¹⁰⁶

3.4.4 Processos-crimes

Para somar às outras verificações, buscou-se o caso de Horácio D`agosto e Rubens Pinto, no AHMSM digitalizado, existiu a judicialização do conflito entre os dois indivíduos. Neste processo, buscou-se consultar se ocorreu a absolvição de Horácio D`agosto em referência ao assassinato de Rubens Pinto e, se existia formas de racialização dos indivíduos. Ao consultar o *processo-crime* buscava-se ver se ocorreu absovição do réu Horácio D`agosto em relação a tentativa de assassinato de Rubem Pinto.

¹⁰⁵ RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023, p. 4

¹⁰⁶ RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023

Embasado em Rodrigues (2023)¹⁰⁷, pode-se observar a racialização que Rubens Pinto sofreu ao longo do processo, recebe uma adjetivação de ser “o crioulo boleeiro do Doutor Astrogildo”¹⁰⁸ esse relato vem de uma testemunha neste processo — Antônio Martins¹⁰⁹. Neste trecho, pode-se ver a racialização ocorrendo de forma pejorativa, e ainda, utilizando-se de um termo que faz referência ao nascimento de Rubens, crioulo faz referência ao indivíduo ser cria da casa, em específico, ser cria da casa de Astrogildo, evidenciando uma marcação que era oriunda da escravidão.

Mesmo que os agentes do Estado não tenham feito referência ao Rubens com atribuições pejorativas, testemunham estavam fazendo, isso deixa manifesto a percepção da sociedade no cotidiano, era uma sociedade que racializava pessoas e, em especial, racializava de forma pejorativa indivíduos negros. Ademais, essa racialização pejorativa que Pinto estava recebendo faz referência ao vínculo que ele tinha pela cor com a escravidão, uma forma de mostrar o lugar social daquela pessoa.

Em síntese, o caso de Rubens Pinto e Horácio D`agosto que aconteceu na praça Saldanha Marinha em direção a Rua do Acampamento apresentava muitos elementos interessantes. Primeiramente, os dois personagens foram racializados pelos redatores do *Diário do Interior*, sendo colocado que Rubens era preto e Horácio era branco. Junto disso, estava exposto que os motivos iniciais do conflito ocorreram porque o gracejo que Horácio recebe de um outro menor, veio a mando de Rubens, os dois acabaram brigando corporalmente e Horácio indo em casa buscar armas, retornou e desferiu tiros em Rubens.

Além disso, podemos ver que Rubens tem uma trajetória junto a família de Astrogildo de Azevedo, pelo que observamos reside ao lado da casa do patrão desde a infância, no chamado puxadinho. Dito isso, o LR HCSM nos colocou que Pinto faleceu em decorrência dos ferimentos a bala e, também estava em formato descritivo a cor de Rubens, sendo preta e, a idade de 17 anos e profissão de cocheiro estavam descritas, informações que vão ao encontro do relato do jornal.

¹⁰⁷ RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023.

¹⁰⁸ RODRIGUES, 2023. p.3

¹⁰⁹ RODRIGUES, 2023. p. 3

Ademais, Horácio D`agosto respondeu processo por crime contra Rubens, nesse caso temos a judicialização, ao longo do processo Pinto foi racializado de forma pejorativa por testemunha, que se refere a Rubens como Crioulo. Não foi observado que agentes do Estado tenham se referido de forma semelhante a Rubens Pinto. E, a condição de Horácio em ser branco torna-se um facilitador para que não fosse condenado, recebendo a absolvição.

A racialização em relação a Horácio foi positiva, pois, além de relatar que o indivíduo era branco, estava colocado que era cambista, uma profissão que garante um certo prestígio. A saber, a notícia explícita que “Horácio Dagosto, cambista desta praça, com 20 anos de idade, branco.” a epiderme utilizado de marcador de diferenciação. Em contrapartida, Rubens Pinto foi racializado de forma pejorativa, além de constar que era de cor preta, adjetivação que remete ao período da escravização, também, a profissão de Rubens Pinto como cocheiro era uma atribuição, que não remetia um prestígio social, por exemplo, “Rubens Pinto, com 17 de idade, preto, empregado com cocheiro.” E Ainda fora referido como o “crioulo do Doutor Astrogildo”¹¹⁰ uma marca que o colocava quase como um escravizado da família de Azevedo. E ainda, uma atribuição que expõe Pinto a condição de vulnerabilidade, ser um menor que estava trabalhando, isso evidencia que Rubens estava menosprezado pelas visões da notícia, porque Horácio possuía 20 anos de idade, também não era adulto, anteriormente fora colocado que a maioridade ocorria aos 21 anos. Por fim, ser reconhecido como menor e racializado era uma forma de inferiorização.

3.5 Albino de Tal e João Evangelista

Outro embate entre trabalhadores que foi notícia na folha matinal, o conflito rondou a rua André Marques em um famoso mocotó, por questões de ciúmes, o guarda-freios da estrada de ferro, Albino de Tal, parte para cima de João Evangelista,

¹¹⁰ RODRIGUES, L.F. dos S. Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Inédito. Aedos, 2023.

Ontem, às 11 horas da noite, no célebre "mocotó", à rua André Marques, deu-se um sarilho, e se não fora a frente da intervenção da patrulha militar, talvez tivesse de registrar uma morte. E, o caso que o Preto Albino de tal, guarda freio da estrada de ferro, por questões de ciúmes, armado de um grosso cacete, foi ao mocotó e aí o encontrando com João Evangelista, vibrou forte cacetada que o deixou sem sentido, por alguns instantes. Estabelecendo-se uma enorme confusão, foi Albino preso e conduzido a intendência municipal onde ficou recolhido.¹¹¹

Neste caso, a notícia não estava racializando os dois sujeitos, a racialização acontece em relação ao guarda-freios, sendo colocado que Avelino era um homem preto. Também, existe uma atribuição interessante em relação a Avelino, foi apresentado como um homem ciumento, que ao chegar a festa vai tirar satisfação com João Evangelista. Não sabemos quem era a mulher que estava como pivô da contenda. Não sabemos se era esposa ou amasiada como o guarda-freios. Se é que tinha alguma relação conjugal com o homem. Provavelmente, a moça tinha alguma relação com Avelino. Também, não foi dito se ocorreu brigas em outros espaços antes do "célebre mocotó", pode não ser a primeira dos dois homens. Outro elemento, Adelino não foi apresentado com sobrenome, somente como "de tal", esse marcador nos mostra uma atribuição de tornar o indivíduo desqualificado, já que o sobrenome evidencia um lugar dentro da sociedade. Determinados grupos de pessoas acabavam sendo identificadas pela posição social por meio do sobrenome, não aparecendo isto para Avelino, remete um sentido pejorativo e que era empobrecido. Ademais, ao pensar em João Evangelista, não foi apresentada quase nenhuma informação, não sabemos se tinha relação com a mulher ou que profissão exercia e, que cor apresentava, não sendo racializado. Rosa (2019) coloca que "ocultar ou demarcar a cor eram procedimentos que variavam de acordo com o alvo, mas também com as intenções, os interesses e as finalidades de que produzia os documentos"¹¹² e "a cor branca havia sido associada à liberdade durante o escravismo, acabava não tendo poder ofensivo, inferiorizante ou criminalizante durante o pós-abolição."¹¹³ Para compreender os elementos que estavam na cena é necessária uma análise sobre uma série de questões, na sequência se esmiúça a profissão e os acontecimentos que levaram o indivíduo a prisão¹¹⁴.

¹¹¹ Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹¹² ROSA, 2019. P. 264

¹¹³ ROSA, 2019. P. 274

¹¹⁴ Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

A notícia apresentava que Albino era “guarda freio da estrada de ferro.”¹¹⁵ desenvolvia um trabalho específico na Viação Férrea, provavelmente era um serviço com expressividade de pessoas não-brancas. Embasado em Robério Santos Souza (2010), podemos ver as funções que os guarda-freios exerciam no cotidiano do ofício na estrada de ferro. E também, compreender que o serviço de guarda-freios não era de autoridade dentro dos encargos desempenhados no Trêm, os “condutores eram a autoridade máxima dentro do trem.”¹¹⁶ Souza (2010) apresenta que,

os guarda-freios, ambos subordinados aos condutores. Os guarda-freios eram encarregados de manipular os freios, lubrificar as locomotivas, apresentar os sinais, limpar os trens e auxiliar os condutores nas manobras. Não poderiam fumar nas estações e nos trens, conversar com passageiros e outros trabalhadores, nem “usar vestimentas ou objetos encarnados”¹¹⁷, “andar descalços e indecentemente vestidos, ou de tamancos” etc. Consta que um guarda-freios era escolhido para coordenar e fiscalizar o trabalho dos demais, embora desempenhasse as mesmas funções daqueles¹¹⁸. Pelo visto, dentre os empregados que trabalhavam dentro do trem, os guarda-freios eram os que possuíam uma posição de menor destaque, tanto que, quando estivessem nas estações, assinavam o mesmo livro de ponto dos serventes.¹¹⁹

Ao observar o trecho anterior, podemos ver que os guarda-freios exerciam uma função que não era de prestígio, sem destaque dentro dos trens, colocado em pé de semelhança com os serventes. Neste aspecto, percebe-se que poderia existir uma realidade de raça entre os guarda-freios, uma presença maior de negros no ofício dentro da máquina. É necessário fazer maiores leituras. Em suma, a notícia apresentou a profissão de Albino, não necessariamente para dizer que era trabalhador, e sim, para evidenciar que exercia um ofício marcado por homens negros e com pouco prestígio na estrutura de Viação Férrea.

Além disso, a notícia do *Diário do Interior* não colocava se João Evangelista acabou indo ao Hospital de Caridade, em decorrência das pancadas que recebeu de Albino do Tal. O relato diz que “vibrou forte cacetada que o deixou sem sentido, por

¹¹⁵ Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹¹⁶ Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 76-98.

¹¹⁷ É possível que a proibição quanto ao uso de “vestimentas ou objetos encarnados” esteja associada ao fato de que o serviço ferroviário demandava um conjunto de sinais e códigos muitas vezes baseado na simbologia da cor. O uso de roupas com determinadas cores poderia confundir e comprometer alguns trabalhadores que guiavam as locomotivas, pois estes dependiam desses sinais para seguir ou não o tráfego.

¹¹⁸ Regulamento. op. cit. Ver as disposições específicas para guarda-freios, p. 93 - 114. FCM.

¹¹⁹ Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 83

alguns instantes.”¹²⁰, ao consultar o LR HCSM não consta que João Evangelista ficou internado no Hospital. Não existindo essa informação, não temos o descritivo do paciente, portanto, não sabemos a cor de João Evangelista e tão pouco a profissão. Afinal, não vamos saber mais informações acerca de João Evangelista.

O relato expõe que “Albino preso e conduzido a intendência municipal onde ficou recolhido”¹²¹, ao investigar os *processos-crimes* digitalizados do AHMSM, não se verificou a judicialização do caso que aconteceu no “célebre mocotó”. Provavelmente, o caso passou pela Intendência, realizando a ocorrência do conflito, não levando em frente enquanto processo criminal.

Em síntese, o caso de Albino de Tal e João Evangelista não apresentava grandes informações, o interessante deste episódio é que somente uma das partes estava sendo racializada pelas visões do jornal. Dito isso, entre os personagens vamos ter a racialização feita em Albino, que consta na notícia como de cor preta, não dizendo a cor de João Evangelista. Um elemento que gera curiosidade é a motivação do conflito que leva Albino a brigar com João. É exposto que a motivação foi por ciúmes do primeiro em relação ao segundo, não ficando claro quem era o pivô da situação. A atribuição de que Albino é ciumento revela um caráter violento na esfera amorosa, provavelmente, os dois disputavam uma mulher, esta atribuição de ciumento foi imputada ao homem preto e, não ao outro homem, ao que parece poderia ser branco, justamente por não aparecer o marcador da cor. Ademais, Albino era guarda-freios da Viação Férrea, serviço como visto anteriormente, não era de prestígio, estava entre os setores mais baixos dos ofícios do trem. Provavelmente, existe um marcador de raça em relação ao ofício de guarda-freios, uma presença forte de pretos e pardos nesse extrato da Viação Férrea. Por fim, a racialização que Albino de Tal sofreu das visões do jornal foi de caráter pejorativo, fazendo menção a ser preto, ciumento e guarda-freios, a reputação deste rapaz não foi construída com brio.

¹²⁰ Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹²¹ Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

Conclusão

Nesta pesquisa historiográfica, buscou-se desenvolver as visões da imprensa que estavam construindo os trabalhadores de Santa Maria no Pós-abolição. Com isso, utilizou-se o jornal *Diário do Interior* como fonte histórica para acessar o enfoque da racialização que estava presente nas construções dos relatos, notícias e textos do jornal. Por isso, o questionamento feito neste trabalho configurou-se na forma do *Diário do Interior* em construir as visões em relação aos trabalhadores no Pós-Abolição.

Ademais, o jornal apresentava um padrão de redação, as formas de noticiar o cotidiano da cidade de Santa Maria e região não ocorriam de modo aleatório. Nesse sentido, a construção do jornal não se verificava para atender as demandas das populações empobrecidas, trabalhadoras e de cor. Na folha diária de Santa Maria, havia embranquecimento e elitismo ao colocar as notícias do dia a dia da municipalidade. O Diário alçava as classes pobres nas folhas em situações de criminalização e dificuldades nas relações dos trabalhadores, em especial, quando apareciam nas páginas eram pretos e pardos. Com isso, ao sintetizar as informações sobre as páginas e a quantidade de palavras-resumos do jornal, que estavam aparecendo, percebeu-se que existia uma quantidade considerável de notícias em relação aos trabalhadores racializados que apareciam na capa do *Diário do Interior*. Dito isso, pode-se ver que esses trabalhadores não eram completamente invisibilizados, isso não significa dizer que eram visto com bons cidadãos pelas visões do jornal e/ou pela sociedade, já que as visões do Diário do Interior retratavam o cotidiano da cidade e o imagético desta população santamariense. Os trabalhadores que estavam aparecendo na capa eram de forma racializada, em situações de precarização do trabalho, ao constarem em notícias trágicas de acidentes e conflitos, e ainda, em situações de desordens como greves, brigas no trabalho e espaços de lazer. Portanto, os trabalhadores não estavam invisíveis, apareciam com visões racializadas e, possivelmente, racializados enquanto não-brancos em formato pejorativo, assim, visados muitas vezes como desordeiros, conflituosos, devedores e até ciumentosos.

Outrossim, ao estruturar a racialização enquanto objeto de pesquisa foi necessário expor um arcabouço teórico consistente. Para isso, o alicerce desta pesquisa envolve conectar o micro, portanto, o pós-abolição em Santa Maria, com a perspectiva do macro, que enquadra perspectivas nacionais e latinoamericanas. Com isso, buscou-se em Aníbal Quijano (2005), Silvia Lara (2012) Karl Monsma (2013), Lia Vainer Schucman (2012), Frantz Fanon (1952) e Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2019) desenvolver as concepções da racialização junto a colonialidade do poder, compreendendo que a racialização era produto do colonialismo e, marcando as diferenças de racialização do Setecentos para o Oitocentos, assim, hierarquizando as raças na perspectiva cientificista e higienizadora. Sobre racialização, foi visto que não estava necessariamente na dualidade brancos e não-brancos, podendo ocorrer entre brancos, compreensão que estava sendo construída com grupos étnicos presentes em determinadas espacialidades. Para isso, a branquitude enquanto privilégio que estava ligada a racialização, os privilégios em relação aos postos de trabalho, acesso à educação e outros, que grupos não-brancos racializados de forma pejorativa poderiam alcançar, em contrapartida, os brancos racializados positivamente acessaram esses espaços de modo diferente, podendo chegar a espaços melhores em relação a tez da pele. Para somar, a linguagem enquanto ferramenta de dominação que estava associada a racialização, pois era por meio da língua falada e escrita que se construíam as visões do jornal *Diário do Interior*. Afinal, Rosa (2019) apresenta os bairros em Porto Alegre, a Colônia Africana e a Cidade Baixa, espaço de convivência entre imigrantes e negros no cotidiano, as relações interpessoais se inter cruzando em meio a racialização, não somente da classe alta para com os empobrecidos, bem como a racialização intraclasse — entre empobrecidos.

Além disso, os casos trabalhados nesta pesquisa apresentavam uma seara de atribuições referentes às racializações, perpassando por situações no trabalho referente à dívidas de dinheiro, brigas na obra, conflito em estabelecimento comercial, gracejos recebidos a mando de alguém e ciúmes, todas as causas de conflito entre esses trabalhadores urbanos levaram a racialização. E, é importante destacar que os dois indivíduos eram racializados pelas visões de jornal, ocorrendo um processo de racializar negativamente os indivíduos não-brancos em maioria, pode-se perceber a ótica dos redatores, escritores e proprietário do *Diário do Interior*

referente às classes populares de Santa Maria. Também, ao colocar o jornal diálogo com o LR HCSM foi visto uma racialização mais descritiva, que apenas colocava a tez do indivíduo, em alguns caso quando havia choco da cor que aparecia no jornal em relação LR HCSM se viu que as irmãs racializavam qualificando a população, justamente por existir essas divergências. E ainda, em alguns casos foi visto a racialização em *processos-crimes*, aparecendo nos depoimentos das testemunhas em peças do processo, não foi visto as autoridades do Estado racializando. Afinal, a racialização estava acontecendo no Pós-abolição em Santa Maria e quando ocorria era de forma pejorativa em relação aos não-brancos e positivando os brancos. É interessante porque nesta pesquisa apresento um caso em que o branco e não-branco acabaram sendo racializados de forma negativa. Questões como essa podem acontecer no cotidiano. Quando se coloca que era racialização pejorativa com os não-brancos mostra uma predominância em relação aos não-brancos (pretos, pardos e indígenas).

Em síntese, o presente trabalho buscava ver as visões do jornal *Diário do Interior* em relação aos trabalhadores, ao analisar a fonte e ver o objeto de pesquisa, encontrou-se a racialização presente nas notícias do jornal. Dito isso, a casuística de reportagens apresentava visões racializadas em relação aos trabalhadores, podendo ver que em relação aos grupos não-brancos havia um processo de negatização desta população, junto disso uma gama de situações em que esses trabalhadores estavam em conflitos. Por fim, as visões do jornal estavam construindo o imaginário da população no cotidiano de Santa Maria ao ponto que o *Diário do Interior* expressava uma perspectiva da população.

*Referências:***Arquivo:**

AHMSM - Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Periódico:

Diário do Interior

Fonte:

Diário do Interior, Quarta-feira, 17 de Abril de 1912. P. 4.

Diário do Interior, Quarta-feira, 27 de Março de 1912. P. 4.

Diário do Interior, Quinta-feira, 28 de Março de 1912. P. 1

Diário do Interior, 13 de Fevereiro de 1913. P. 2

Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

Processo-crime:

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Bráulio Campos Odorico. Processo-crime 38, p. 4, 27/03/1912. Digitalizado. Santa Maria.

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Horácio D`agosto. Processo-crime 70. 05/03/1913. Digitalizado. Santa Maria.

Livros:

Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM).

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho - 1787-1930. Ed. UFSM, Santa Maria, 2013.

Fragmento:

Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM). Pág. 4528. Tomo 84. 1912, Abril, 16. José Penna da Costa. Digitalizado Excel. Gabriela Rotilli dos Santos e outros historiadores. Santa Maria.

Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM). Pág. 4504. Tomo 83. 1912, Março, 29. João Manoel Silveira. Digitalizado Excel. Gabriela Rotilli dos Santos e outros historiadores. Santa Maria.

Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM). Pág. 4850. Tomo 90. 1913, Fevereiro, 12. Ruben Pinto. Digitalizado Excel. Gabriela Rotilli dos Santos. Santa Maria

Bibliografia:

ANDREWS, R. George. Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988. Livro. EDUSC. 2009.

BARBOSA, J. Paulo. O PÓS-ABOLIÇÃO NO RIO DE JANEIRO: REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA IMPRENSA (1888-1910). Dissertação de Mestrado, UNIRIO. 2016.

BRUNHAUSER, F. Farret. MORADIA URBANA E ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE: O CASO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2023.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Daniela V. “Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado. Unisinos. São Leopoldo, 2005.

COOPER, Fredrik; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca J. Introdução. In: _____. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 39-89.

EVARISTO, Conceição. Olhos D'Água/ Conceição Evaristo. - Ed. Pallas. 1º ed. Rio de Janeiro, 2018.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução de Renato da Silveira. Ed. EDUFBA. Salvador, 2008.

GALEANO, Eduardo H. As Veias Abertas da América/ Eduardo Galeano; Latina. Tradução de Sergio Faraco. — Porto Alegre, RS: L & PM, 2019.

LARA, S. H. (2012). BLOWIN' IN THE WIND: E.P. THOMPSON E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO BRASIL. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 12. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>

KÜZLER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). Dissertação de Mestrado. Unisinos. São Leopoldo, 2009.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos da pós-abolição paulista. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro

QUIJANO, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados, 19(55), 9-31

REIS, João José. Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia. 1º ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi, v. 5, n. 8, pp. 170-198, 2004

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. Além da invisibilidade. História social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Campinas: UNICAMP, Tese de doutorado em História, 2014.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. Carroceiros, boleiros e chauffeurs: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República. Trabalho de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2020.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. Nas fronteiras da escravidão e do pós-Abolição: trajetórias de trabalhadores negros dos transportes urbanos de Santa Maria na virada do século XIX para o XX. Revista Aedos. Inédito. 2023.

SANTOS, Gabriela Rotilli. Desabusadas e levadas do Diabo: Mulheres pobres no ambiente urbano de SANTA Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação de Mestrado. UFSM. Santa Maria, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. (2012) Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Anelise Costa da. A Ferrovia, o Patrimônio e a Vila Belga (Santa Maria/SM). Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS, 2014.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. — Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2001.